Calendários e Conteúdos Programáticos

ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS
MCMXCV
OTOC

ÍNDICE

Plano Global de Formação 2014	4
Formação Segmentada	
Calendário	8
Conteúdos programáticos	10
Formação Permanente	
Calendário	36
Conteúdos programáticos	37
Formação à Distância	
Calendário	40
Conteúdos programáticos	42
Reuniões livres	
Calendário	72
Calendário civil 2014	76

APRESENTAÇÃO

As permanentes mutações da vida, sejam de natureza profissional, social, coletiva ou individual, são hoje uma realidade inquestionável para qualquer cidadão que tenha preocupações de se sentir minimamente inserido no mundo que o rodeia.

No caso específico de uma classe - com a agravante, para os técnicos oficiais de contas, de lidarem com matérias que, pela sua própria natureza, são bastante vulneráveis à mudança face à responsabilidade assumida com terceiros - a formação profissional ganha contornos de verdadeiro desafio, não só para quem tem a responsabilidade de gerir a profissão, mas também para quem a exerce, pois são estes os atores reais dos factos que podem, de forma muito significativa, colocar em risco a estabilidade da sua responsabilidade profissional.

É nossa profunda convicção que as profissões, de um modo geral, e as reconhecidas de interesse público de um modo particular, devem ter elevadas preocupações qualitativas no seu exercício e muito rigor na forma como são exercidas, pelo que desde sempre estabelecemos limites mínimos obrigatórios para a formação.

A natureza obrigatória, por si só, não terá a faculdade de acrescentar mais valor mas, na falta de compreensibilidade da importância da formação profissional como elemento fundamental para a qualidade, poderá constituir um excelente caminho para a criação de hábitos formativos e uma consciência mais esclarecida quanto à sua necessidade e valor.

Em nosso entender não é suficiente, no domínio profissional, a constatação dos factos: é necessária a elaboração de um programa de formação que preste atenção à complexidade e diversidade das matérias envolvidas, de forma a cobrir, o mais possível, as necessidades heterogéneas dos profissionais.

A formação da Ordem, bem como o seu conteúdo, tem essa preocupação, procurando ir ao encontro do que pensamos ser as necessidades dos profissionais.

No presente programa de formação para 2014 oferecemos, por isso, um leque muito diversificado de temas, procurando equilíbrios nos assuntos a tratar, bem como respondendo às carências dos membros expressas recentemente no inquérito realizado sobre as necessidades de áreas de formação para os técnicos oficiais de contas.

A forma prevista para a sua realização continua a assentar em premissas realistas do exercício da profissão e, acima de tudo, procura que, pela dimensão nacional da sua abrangência, se propicie aos membros da Ordem a possibilidade da sua frequência.

Pela primeira vez, na sequência do projeto de transferência de conhecimentos, disponibilizaremos a formação à distância aos colegas dos países de língua oficial portuguesa, nas mesmas condições que o fazemos para os profissionais em Portugal, sendo que naqueles apostamos de forma séria neste género de formação.

Na missão que a lei nos atribui, procuramos cumprir a nossa parte. Contudo, ela ficará incompleta se os profissionais não cumprirem a sua, isto é, participando na formação. Só na conjugação de esforços de todas as partes envolvidas chegaremos a bom porto.

Lisboa, 17 de dezembro de 2013

O Bastonário
A. Domingues de Azevedo

Plano Global de Formação 2014

MÊS	CÓD.	DESIGNAÇÃO DO CURSO	Horas	Créditos	Valor
Janeiro	Seg0114	Norma contabilística para pequenas entidades	12	18	72
	Seg0214	Contabilidade para Juntas de Freguesia	8	12	48
	Seg0314	Alterações ao código de trabalho e sua aplicação prática (proc. salários)	8	12	48
	Seg0414	Lei Geral Tributária	8	12	48
	Dis0114	Norma contabilística para pequenas entidades	12	18	48
	Dis0214	Contabilidade para Juntas de Freguesia	8	12	32
	Dis0314	Ética e deontologia	8	12	32
	Dis0414	Alterações ao código de trabalho e sua aplicação prática (processamento de salários)	8	12	32
	RL0114	Tema livre	2	3	-
	RL0214	Tema livre	2	3	-
Fevereiro	Seg0514	Encerramento de contas - Aspetos contabilísticos	8	12	48
	Seg0614	Encerramento de contas - Aspetos fiscais	8	12	48
	Seg0714	Perdas por imparidade e créditos incobráveis em IVA e IRC	8	12	48
	Seg0814	IRC (revisão ao código)	16	24	96
	Seg0914	SNC - Ativos não Correntes	8	12	48
	Dis0514	Encerramento de contas - Aspetos contabilísticos	8	12	32
	Dis0614	Encerramento de contas - Aspetos fiscais	8	12	32
	Dis0714	Normas internacionais de contabilidade adotados EU	16	24	64
	Dis0814	IRS (revisão ao código)	16	24	64
	Dis0914	Revisão das normas contabilísticas	32	48	128
	RL0314	Tema livre	2	3	-
	RL0414	Tema livre	2	3	-
Março	Seg1014	SNC - Ativos Correntes	8	12	48
	Seg1114	Normas internacionais de contabilidade adotados na EU	16	24	96
	Seg1214	POCAL - plano oficial de contabilidade das autarquias locais	8	12	48
	Seg1314	Dossier de preços de transferência	8	12	48
	Seg1414	Mais e Menos Valias em IRC e IRS	8	12	48
	Seg1514	Tributação de não residentes - enquadramento fiscal em IRS e IRC	8	12	48
	Dis1014	SNC - Ativos não Correntes	8	12	32
	Dis1114	SNC - Ativos Correntes	8	12	32
	Dis1214	Apoios ao investimento e à exploração	8	12	32
	Dis1314	IRC (revisão ao código)	16	24	64
	Dis1414	Mais e Menos Valias em IRC e IRS	8	12	32
	Dis1514	Regime Contabilístico e Fiscal das Depreciações e Amortizações	8	12	32
	Dis1614	Empresas Municipais - Constituição e Obrigações Contabilísticas e Fiscais	12	18	48
	RL0514	Tema livre	2	3	-
	RL0614	Tema livre	2	3	-
Abril	Seg1614	NCRF 13 - Interesses Empr. Conj. e Invest. em Assoc. e o método de equiv. patrimonial	8	12	48
	Seg1714	Peritagem contabilística e fiscal nas empresas	8	12	48
	Seg1814	Tributação de empresas de grupo	8	12	48
	Seg1914	Dossier Fiscal - org. e prep. das notas anexas às dem. financeiras	16	24	96
	Seg2014	Excel aplicado à contabilidade	8	12	48
	Dis1714	SNC - Microentidades	8	12	32
	Dis1814	Perdas por imparidade e créditos incobráveis em IVA e IRC	8	12	32
	Dis1914	Dossier de preços de transferência	8	12	32
	Dis2014	Estatuto dos Benefícios Fiscais	8	12	32
	Dis2114	Dossier Fiscal - organização e preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	16	24	64
	Dis2214	Código de procedimento e de processo tributário	16	24	64
	RL0714	Tema livre	2	3	-
	RL0814	Tema livre	2	3	-
Maio	Seg2114	Tributação do património e imposto de selo	16	24	96
	Seg2214	Infrações Fiscais	12	18	72
	Seg2314	Manifestações de fortuna e outros acréscimos patrimoniais não justificados	8	12	48
	Seg2414	A empresa em dificuldades - aspetos legais, contabilísticos e fiscais	8	12	48
	Dis2314	NCRF 13 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas e o método de equivalência patrimonial	8	12	32
	Dis2414	Estruturação de um quadro de bordo de apoio à gestão (Balenced Score Card)	12	18	48
	Dis2514	A empresa em dificuldades - aspetos legais, contabilísticos e fiscais	8	12	32
	RL0914	Tema livre	2	3	-
	RL1014	Tema livre	2	3	-
Junho	Seg2514	NCRF 19 - Contratos de construção	16	24	96
	Seg2614	Renúncia à isenção do IVA	8	12	48
	Seg2714	Código de procedimento e de processo tributário	16	24	96
	Dis2614	NCRF 28 - beneficios dos empregados	8	12	32
	Dis2714	Renuncia à isenção do IVA	8	12	32
	Dis2814	Processo de contra-ordenacção tributário	8	12	32
	Dis2914	Código Contributivo	16	24	64
	RL1114	Tema livre	2	3	-
	RL1214	Tema livre	2	3	-
Julho	Seg2814	NCRF 28 - beneficios dos empregados	8	12	48
	Seg2914	Contabilidade orçamental e lei dos compromissos na administração pública	12	18	72
	Seg3014	Estatuto dos Benefícios Fiscais	8	12	48
	Seg3114	Processo de contra-ordenacção tributário	8	12	48
	Dis3014	NCRF 10 - Custo dos empréstimos obtidos	8	12	32
	Dis3114	NCRF 19 - Contratos de construção	16	24	64
	Dis3214	Contabilidade orçamental e lei dos compromissos na administração pública	12	18	48
	Dis3314	Localização das operações de serviços	8	12	32
	Dis3414	Infrações Fiscais	12	18	48
	RL1314	Tema livre	2	3	-
	RL1414	Tema livre	2	3	-
Setembro	Seg3214	Contabilidade para agentes de seguro e sociedades de mediação	8	12	48
	Seg3314	Dissolução, Liquidação, Fusão e Cisões de Sociedades (asp. contab. e fiscais)	16	24	96
	Seg3414	Regime jurídico, fiscal e aspectos contabilisticos relevantes das SGPSs	12	18	72
	Seg3514	O processo de execução fiscal na Administração Fiscal e na Segurança Social	12	18	72
	Seg3614	Consolidação de contas e método de equivalência patrimonial	16	24	96
	Dis3514	NCRF 17 - Activos biológicos - aspectos contabilisticos e fiscais	16	24	64
	Dis3614	NCRF 22 - Contabilização dos subsidios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo	8	12	32
	Dis3714	Impostos diferidos	8	12	32
	Dis3814	IVA (revisão ao código)	16	24	64
	Dis3914	O processo de execução fiscal na Administração Fiscal e na Segurança Social	12	18	48
	RL1514	Tema livre	2	3	-
	RL1614	Tema livre	2	3	-
Outubro	Seg3714	Gestão e auditoria pública	8	12	48
	Seg3814	Gestão da eficiência empresarial	8	12	48
	Seg3914	Métodos de reação aos atos inspetivos	16	24	96
	Dis4014	NCRF 27 - instrumentos financeiros - aplicações práticas	8	12	32
	Dis4114	Consolidação de contas e método de equivalência patrimonial	16	24	64
	Dis4214	Gestão e auditoria pública	8	12	32
	Dis4314	Dissolução, Liquidação, Fusão e Cisões de Sociedades (aspectos contabilisticos e fiscais)	16	24	64
	Dis4414	Código de insolvência e recuperação de empresas	16	24	64
	Dis4514	Métodos de reação aos atos inspetivos	16	24	64
	RL1714	Tema livre	2	3	-
	RL1814	Tema livre	2	3	-
Novembro	Seg4014	IRS (revisão ao código)	16	24	96
	Seg4114	Elaboração do plano de negócios	8	12	48
	Seg4214	Responsabilidade subsidiária do TOC	8	12	48
	Per0114	Revisão das normas contabilísticas	32	48	128
	Dis4614	Tributação de empresas de grupo	8	12	32
	Dis4714	Tributação de não residentes - enquadramento fiscal em IRS e IRC	8	12	32
	Dis4814	Preparação do mapa fluxos de caixa	8	12	32
	Dis4914	Agências de viagem-Aspectos contabilísticos e Fiscais	12	18	48
	Dis5014	Responsabilidade subsidiária do TOC	8	12	32
	Dis5114	Entidades do setor não lucrativo - aspetos contabilisticos e fiscais	16	24	64
	Dis5214	Contabilidade de gestão na administração pública	8	12	32
	RL1914	Tema livre	2	3	-
	RL2014	Tema livre	2	3	-
Dezembro	Seg4314	Entidades do setor não lucrativo - aspetos contabilisticos e fiscais	16	24	96
	Seg4414	Contabilidade de gestão na administração pública	8	12	48
	Seg4514	IVA (Revisão ao código)	16	24	96
	Seg4614	Aspectos societários relevantes para a contabilidade	12	18	72
	Seg4714	Apoios ao investimento e à exploração	8	12	48
	Dis5314	Elaboração do plano de negócios	8	12	32
	Dis5414	Aspectos societários relevantes para a contabilidade	12	18	48
	Dis5514	Contratação Pública	8	12	32
	RL2114	Tema livre	2	3	-

2014

Formação Segmentada

Formação Segmentada

Mês	Cód.	Designação do curso	H.	Diurno	Noturno	Sábado	CQ	€
Janeiro	Seg0114	Norma contabilística para pequenas entidades	12	6 e 7	6, 7 e 9		18	72
	Seg0214	Contabilidade para Juntas de Freguesia	8	10	10 e 13		12	48
	Seg0314	Alterações ao código de trabalho e sua aplicação prática (proc. salários)	8	14	14 e 15		12	48
	Seg0414	Lei Geral Tributária	8	28	28 e 30		12	48
Fevereiro	Seg0514	Encerramento de contas - Aspetos contabilísticos	8	3	3 e 4		12	48
	Seg0614	Encerramento de contas - Aspetos fiscais	8	5	5 e 6		12	48
	Seg0714	Perdas por imparidade e créditos incobráveis em IVA e IRC	8	10	10 e 11		12	48
	Seg0814	IRC (revisão ao código)	16	17 e 18	17, 18, 19 e 20		24	96
	Seg0914	SNC - Ativos não Correntes	8	24	24 e 25		12	48
Março	Seg1014	SNC - Ativos Correntes	8	3	3 e 4		12	48
	Seg1114	Normas internacionais de contabilidade adotados na EU	16	6 e 7	6, 7,10 e 11		24	96
	Seg1214	POCAL - plano oficial de contabilidade das autarquias locais	8	13	13 e 14		12	48
	Seg1314	Dossier de preços de transferência	8	17	17 e 18		12	48
	Seg1414	Mais e Menos Valias em IRC e IRS	8	20	20 e 21	22	12	48
	Seg1514	Tributação de não residentes - enquadramento fiscal em IRS e IRC	8	24	24 e 25		12	48
Abril	Seg1614	NCRF 13 - Interesses Empr. Conj. e Invest. em Assoc. e o método de equiv. patrimonial	8	3	3 e 4		12	48
	Seg1714	Peritagem contabilistica e fiscal nas empresas	8	7	7 e 8		12	48
	Seg1814	Tributação de empresas de grupo	8	10	10 e 11		12	48
	Seg1914	Dossier Fiscal - org. e prep. das notas anexas às dem. financeiras	16	14 e 15	14, 15, 16 e 17		24	96
	Seg2014*	Excel aplicado à contabilidade	8	21	21 e 22		12	48
Maio	Seg2114	Tributação do património e imposto de selo	16	5 e 6	5, 6, 7 e 8		24	96
	Seg2214	Infrações Fiscais	12	12 e 13	12, 13 e 16		18	72
	Seg2314	Manifestações de fortuna e outros acréscimos patrimoniais não justificados	8	19	19 e 20		12	48
	Seg2414	A empresa em dificuldades - aspetos legais, contabilisticos e fiscais	8	26	26 e 27		12	48
Junho	Seg2514	NCRF 19 - Contratos de construção	16	2 e 3	2, 3, 4 e 5		24	96
	Seg2614	Renúncia à isenção do IVA	8	6	6 e 9		12	48
	Seg2714	Código de procedimento e de processo tributário	16	26 e 27	26, 27, 30 e 3-jul		24	96
Julho	Seg2814	NCRF 28 - beneficios dos empregados	8	7	7 e 8	12	12	48
	Seg2914	Contabilidade orçamental e lei dos compromissos na administração pública	12	10 e 11	10, 11 e 14		18	72
	Seg3014	Estatuto dos Benefícios Fiscais	8	16	16 e 17		12	48
	Seg3114	Processo de contra-ordenacção tributário	8	21	21 e 22		12	48
Setembro	Seg3214**	Contabilidade para agentes de seguro e sociedades de mediação	8	4	4 e 5		12	48
	Seg3314	Dissolução, Liquidação, Fusão e Cisões de Sociedades (asp. contab. e fiscais)	16	8 e 9	8, 9, 11 e 12	13 e 20	24	96
	Seg3414	Regime jurídico, fiscal e aspectos contabilísticos relevantes das SGPSs	12	15 e 16	15, 16 e 18		18	72
	Seg3514	O processo de execução fiscal na Administração Fiscal e na Segurança Social	12	22 e 23	22, 23 e 26		18	72
	Seg3614	Consolidação de contas e método de equivalência patrimonial	16	30 e 1 out	30, 1, 2 e 3 out		24	96
Outubro	Seg3714	Gestão e auditoria pública	8	6	6 e 07		12	48
	Seg3814	Gestão da eficiência empresarial	8	9	9 e 10		12	48
	Seg3914	Métodos de reação aos atos inspetivos	16	27 e 28	27, 28, 29 e 30		24	96
Novembro	Seg4014	IRS (revisão ao código)	16	17 e 18	17, 18, 19 e 20		24	96
	Seg4114	Elaboração do plano de negócios	8	24	24 e 25	29	12	48
	Seg4214	Responsabilidade subsidiária do TOC	8	26	27 e 28		12	48
Dezembro	Seg4314	Entidades do setor não lucrativo - aspetos contabilisticos e fiscais	16	1 e 2	1, 2, 3 e 4		24	96
	Seg4414	Contabilidade de gestão na administração pública	8	5	-		12	48
	Seg4514	IVA (Revisão ao código)	16	11 e 12	11, 12, 15 e 16		24	96
	Seg4614	Aspectos societários relevantes para a contabilidade	12	17 e 18	17, 18 e 19		18	72
	Seg4714	Apoios ao investimento e à exploração	8	22	22 e 23		12	48

HORÁRIO DIURNO: 12 HORAS (1º dia: 09h00-13h00 / 14h00-18h00 e 2º dia: 9h00 -13h00) **Outras** (9h00-13h00 / 14h00-18h00)
HORÁRIO NOTURNO: 19h00-23h00
OBSERVAÇÕES
* Os formandos devem fazer-se acompanhar de PC
**As inscrições apenas abrem para Lisboa e Porto

NOTAS:
1. As **inscrições são feitas exclusivamente pelo site** e até **15 dias** antes do início de cada formação.
2. Nas 48 horas seguintes ao pagamento, verificar se a inscrição está confirmada, na Pasta TOC, Dados Pessoais, Formação.
3. A formação, só se realiza com o mínimo de 30 TOC, por turno.
4. Só são admitidas inscrições de Técnicos Oficiais de Contas.
5. As inscrições para, Lisboa II e Porto II, só abrem, após lotado Lisboa I e Porto I.
6. **Não se aceitam pedidos de devolução do pagamento após início da Formação onde se inscreveu**

Cidade	Local	Morada
Angra	Terceira Mar Hotel	Portões de São Pedro, 1
Aveiro	OTOC	R. Cristóvão Pinho Queimado, 42, Lote 4, Piso 1, Loja 0 - Forca
Beja	NERBE	R. Cidade de S. Paulo
Braga	OTOC	Pç. Camilo Castelo Branco, 37
Bragança	NERBA	Alto das Cantarias – Saída Sul
C Branco	OTOC	Urb. Quinta Pires Marques-Av. de Espanha, 27 R/C Esqº
Coimbra	OTOC	Urbanização Panorama, Lote 3 - Loja 1, Monte Formoso
Évora	Evorahotel	Av. Túlio Espanca
Faro	OTOC	Urb. Horta das Figuras, Lt.31, Bl. F, Lj. W, R/C Poente
Funchal	OTOC	Av. da Madalena, 99 Edif. Pç. das Madalenas I, R/C D
Guarda	ESTG	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 50
Horta	Hotel do Canal	Lg. Dr. Manuel Arriaga
Leiria	OTOC	R. Paulo VI (Vale da Cabrita), Lote 44, 23B, Loja 4, R/C
Lisboa I	OTOC	R. Barbosa du Bocage, 45
Lisboa II	Universidade Lusíada	R. Quinta do Almargem – 1349-001 Lisboa
P. Delgada	OTOC	Av. Infante D. Henrique-C.Com. Sol-Mar, Loja 225
Portalegre	ESTG	Lugar da Abadessa
Porto I	OTOC	R. da Boavista, 383-R/C
Porto II	Hotel Vila Galé Porto	Av. Fernão de Magalhães, 7
Santarém	OTOC	Av. Madre Andaluz, 12-B
Setúbal	OTOC	Estrada das Machadas, Urb. Golfinhos Sado, 5 Loja 5A
V. Castelo	Estalagem Melo Alvim	Av. Conde da Carreira, n.º 28
V. Real	OTOC	Av. 1º de Maio, 23
Viseu	OTOC	Quinta do Melo-Rua Dr. António Costa, lote 20, nº 12-Jugueiros

OTOC
Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Norma Contabilística para Pequenas Entidades

1. Enquadramento legal e demonstrações financeiras
1.1. Enquadramento legal do sistema de Normalização Contabilística
1.2. Noção de pequena entidade
1.3. Regime das pequenas entidades
1.4. A aplicação do regime de pequenas entidades
1.5. Inventário permanente e pequenas entidades
1.6. Disposições supletivas gerais
1.7. Demonstrações financeiras – modelos reduzidos
2. Estrutura Conceptual
3. A importância acrescida da EC no contexto do novo SNC
4. Alguns aspetos específicos
4.1. Introdução
4.2. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
4.3. Ativos fixos tangíveis
4.4. Ativos intangíveis
4.5. Locações
4.6. Empréstimos obtidos
4.7. Inventários
4.8. Rédito
4.9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
4.10. Subsídios do Governo
4.11. Alterações em taxas de câmbio
4.12. Impostos sobre o rendimento
4.13. Instrumentos financeiros
4.14. Benefícios dos empregados

JANEIRO — Avelino Antão

Contabilidade para Juntas de Freguesia

1. O sistema contabilístico das freguesias
2. Os documentos previsionais
2.1. Orçamento
2.2. Plano Plurianual de Investimentos
3. Execução orçamental da despesa e receita
3.1. Fases de registo contabilístico da despesa
3.2. Fases de registo contabilístico da receita
3.3. Documentos de suporte
4. O controlo Interno
4.1. Métodos e procedimento de controlo
4.2. A norma de controlo Interno
5. A prestação de contas
5.1. Documento de prestação de contas
5.2. Tramitação da prestação de contas

JANEIRO — Maria José Fernandes

Alterações ao Código do Trabalho e sua aplicação prática (processamento de salários)

1. Introdução
2. Alterações ao Código do Trabalho
2.1. Novo regime do contrato de muito curta duração
2.2. Novas regras do contrato de trabalho temporário
2.3. Novo regime de organização do tempo de trabalho
2.4. Regime do trabalho suplementar
2.5. Regime dos feriados
2.6. Medidas para por fim às "pontes"
2.7. Regime das férias
2.8. Novo regime do *lay-off*
2.9. Das compensações por cessação do contrato de trabalho
2.10. Procedimento do despedimento coletivo
2.11. Procedimento para despedimento por extinção do posto de trabalho
2.12. Novo regime do despedimento por inadaptação
3. Casos práticos

JANEIRO — Filipa Magalhães

Lei Geral Tributária

1. Princípios estruturantes do Estado de Direito em matéria fiscal
2. Os poderes tributários do Estado e a Administração Tributária
3. A LGT como normativo agregador das regras fundamentais do sistema fiscal
4. Princípios gerais
5. Da relação jurídica tributária
6. Caducidade e prescrição
7. Procedimento Tributário
8. Promoção do procedimento
9. Processo tributário
10. Infrações Fiscais

JANEIRO — Jaime Devesa

Encerramento de contas – Aspetos contabilísticos

1. A contabilidade como sistema de informação
2. Os utilizadores da informação contabilística
3. A Prestação de contas
4. Normativos contabilísticos
4.1. Sistema de Normalização Contabilística
4.2. Bases para a apresentação de demonstrações financeiras
4.3. Normalização contabilística para Microentidades
4.4. Demonstrações Financeiras
4.5. Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
4.6. Consolidação de Contas
5. Operações anteriores ao encerramento das contas
6. Operações de encerramento
6.1. Revalorizações – Ativos Fixos tangíveis e ativos intangíveis
6.2. Depreciações e Amortizações
6.3. Imparidades em ativos
6.4. Aplicação do justo valor
6.5. Método de equivalência patrimonial
6.6. Inventários
6.7. Diferenças de câmbio
6.8. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
6.9. Rédito
6.10. Contratos de construção
6.11. Regime do acréscimo
6.12. Subsídios do governo
6.13. Impostos diferidos
6.14. Estimativa de imposto
6.15. Apuramento dos resultados
6.16. Preparação do Balanço e da Demonstração de Resultados

FEVEREIRO — Rui Sousa

Encerramento de contas – Aspetos fiscais

1. A declaração modelo 22
1.1. Função e prazos de apresentação
1.2. Tipos de sujeitos passivos
2. Quadro 07 da declaração modelo 22
2.1. Regime transitório POC – SNC
2.2. Variações patrimoniais
2.3. Método de equivalência patrimonial
2.4. Correções relacionadas com o uso de justo valor
2.5. Perdas por imparidade
2.6. Ajustamentos em inventários
2.7. Depreciações e amortizações
2.8. Mais valias fiscais, menos valias fiscais e reinvestimento
2.9. Limites à dedução dos encargos financeiros
2.10. Correções ao valor de transmissão dos imóveis
2.11. Preços de transferência
3. Quadro 09 da declaração modelo 22 e anexo D
3.1. Rendimentos isentos e o Anexo D
3.2. Dedução de prejuízos fiscais
4. Quadro 10 da declaração modelo 22
4.1. Apuramento da coleta e o anexo C – Regiões autónomas
4.2. Crédito de imposto por dupla tributação internacional
4.3. Derrama Municipal
4.4. Derrama Estadual
4.5. Tributações autónomas
5. A IES – Informação Empresarial Simplificada
5.1. Anexo A – Informações contabilísticas
5.2. Anexo A – Informações Fiscais
6. O dossiê fiscal

FEVEREIRO — Rui Sousa

2014

Perdas por imparidade e créditos incobráveis em IVA e IRC

1. Aspetos contabilísticos
1.1. NCRF 12 – Imparidade de ativos
1.2. Indicação de que um ativo possa estar com imparidade
1.3. Mensuração da quantia recuperável
1.4. Reversão de perdas por imparidade
1.5. Realização de testes de imparidade
1.6. O tratamento da imparidade nas várias NCRF
1.6.1. Imparidade em dívidas a receber
1.6.2. Imparidade em inventários
1.6.3. Imparidade em investimentos financeiros
1.6.4. Imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis
1.6.5. Imparidade em propriedades de investimento
1.7. Desreconhecimento das dívidas a receber por incobrabilidade
2. Aspetos fiscais
2.1. IRC
2.1.1. Perdas por imparidade em créditos e créditos incobráveis
2.1.2. As desvalorizações excecionais
2.1.3. Ajustamentos em inventários
2.2. IVA
2.3. A regularização do IVA em créditos de cobrança duvidosa
2.4. A regularização do IVA nos créditos incobráveis

FEVEREIRO — Nuno Miguel da Costa Tavares

IRC (revisão ao Código)

1. Incidência
2. Extensão da obrigação do imposto
3. Transparência fiscal
4. Período de tributação
5. Isenções
6. Determinação da matéria coletável
6.1. Pessoas coletivas e outras entidades residentes que exerçam a título principal atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola
6.2. Pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam a título principal atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola
6.3. Entidades não residentes
6.4. Determinação do lucro tributável por métodos indiretos
6.5. Correções para efeitos de determinação da matéria coletável
6.6. Regime Especial de tributação dos grupos de sociedades
7. Taxas
8. Liquidação
9. Pagamento
10. Obrigações acessórias dos sujeitos passivos
11. Fiscalização e garantias dos contribuintes

FEVEREIRO — Ana Cristina Silva e Elsa Costa

OTOC
Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

SNC – Ativos não correntes

1. Enquadramento dos ativos não correntes no SNC
1.1. Introdução
1.2. Reconhecimento e mensuração dos ativos fixos tangíveis
1.3. Operações relacionadas com ativos fixos tangíveis
1.4. Divulgações
2. Enquadramento dos ativos intangíveis
2.1. Definição
2.2. Reconhecimento
2.3. Mensuração inicial
2.4. Reconhecimento como gasto
2.5. Mensuração após reconhecimento
2.6. Amortização
2.7. Imparidade
2.8. Revalorização de ativos intangíveis
2.9. Retiradas e alienações
2.10. Ativos intangíveis classificados como detidos para venda
2.11. Divulgação
3. Os Investimentos Financeiros no SNC
3.1. Introdução
3.2. Reconhecimento e mensuração
3.3. Divulgações
4. As propriedades de investimento no SNC
4.1. Introdução
4.2. Reconhecimento e mensuração
4.3. Divulgações

FEVEREIRO — Jorge Mota e Sónia Monteiro

SNC – Ativos correntes

1. Os ativos correntes no SNC
1.1. Ativos correntes versus ativos não correntes
1.2. Os Ativos correntes e a Estrutura Conceptual
1.3. Os ativos correntes e as Bases de apresentação das Demonstrações Financeiras
1.4. Os ativos correntes e os modelos de demonstrações financeiras
1.5. Os ativos correntes e o Código das Contas
1.6. Os ativos correntes e as NCRF
2. Reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos ativos correntes
2.1. Inventários
2.2. Ativos Biológicos
2.3. Clientes
2.4. Adiantamentos a Fornecedores
2.5. Estado e Outros Entes Públicos
2.6. Acionistas/Sócios
2.7. Outras contas a receber
2.8. Diferimentos
2.9. Ativos Financeiros detidos para negociação
2.10. Outros Ativos Financeiros
2.11. Ativos não correntes detidos para venda
2.12. Caixa e Depósitos Bancários

MARÇO — Joaquim Jorge Almeida Mota

Normas Internacionais adotadas na UE

1. A Normalização Contabilística na União Europeia
1.1. As Diretivas Comunitárias
1.2. O Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho de 2002
1.3. O Regulamento (CE) n.º 1725/2003, da Comissão de 29/9/2003
1.4. O Regulamento (CE) n.º 1126/2008, de 3 de Novembro de 2008 e as respectivas modificações
2. As Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas na UE
2.1. IAS 1 Apresentação de Demo. Financeiras (revista em 2007)
2.2. IAS 2 Inventários
2.3. IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa
2.4. IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros
2.5. IAS 10 Acontecimentos após o Período de Relato
2.6. IAS 11 Contratos de Construção
2.7. IAS 12 Impostos sobre o Rendimento
2.8. IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis
2.9. IAS 17 Locações
2.10. IAS 18 Rédito
2.11. IAS 19 Benefícios dos Empregados
2.12. IAS 20 Contabilização dos Subsídios Governamentais e Divulgação de Apoios Governamentais
2.13. IAS 21 Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
2.14. IAS 23 Custos de Empréstimos Obtidos (revista em 2007)
2.15. IAS 24, Divulgações de Partes Relacionadas
2.16. IAS 26 Contabilização e Relato dos Planos de Benefícios de Reforma
2.17. IAS 27 Demo. Financeiras Consolidadas e Separadas
2.18. IAS 28 Investimentos em Associadas
2.19. IAS 29 Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias
2.20. IAS 31 Interesses em Empreendimentos Conjuntos

MARÇO — Avelino Antão

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

1. Administração Central e Local
2. A Contabilidade pública e os outros normativos contabilísticos
3. A Reforma da Contabilidade Pública
4. Conceitos fundamentais
5. Contabilidade Orçamental nas Autarquias Locais
6. Documentos contabilísticos e prestação de contas
7. Contabilidade orçamental, patrimonial e de custos
8. Princípios contabilísticos
9. Critérios de valorimetria
10. O Plano de Contas da Autarquias
11. Estudo das Contas

MARÇO — Luís Filipe Viana

OTOC
Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Dossiê de Preços de Transferência

1. Enquadramento fiscal – nacional e internacional
2. Atuação da Administração Tributária e penalidades aplicáveis
3. Metodologia de análise dos preços de transferência e métodos aplicáveis
4. Constituição do dossiê de preços de transferência
4.1. O papel do TOC
4.2. Fontes de informação e contributo dos vários departamentos da entidade
4.3. Estrutura do dossiê de preços de transferência

MARÇO — António Carlos Gomes Dias

Mais e Menos Valias em IRC e IRS

1. Conceito de mais e menos valias
2. Cálculo das mais e menos valias
3. Coeficientes de desvalorização monetária
4. Reinvestimento
5. Tributação
5.1. Em sede de IRC
5.2. Em sede de IRS
5.2.1. Regime simplificado
5.2.2. Contabilidade organizada
6. Obrigações declarativas
6.1. Em sede de IRC
6.2. Em sede de IRS
6.2.1. Regime simplificado
6.2.2. Contabilidade organizada

MARÇO — Cristina Pinto

Tributação de não residentes – Enquadramento Fiscal em IRS e IRC

1. Em IRS
1.1. Âmbito de sujeição em IRS
1.2. Determinação da residência fiscal no CIRS
1.3. Determinação da residência fiscal nos ADT
1.4. Formas de tributação dos não residentes
1.4.1. Aplicação de taxas liberatórias
1.4.2. Tributação a final
1.5. A dupla tributação e o papel dos ADT
2. Em IRC
2.1. Âmbito de sujeição em IRC
2.2. Residentes com estabelecimento estável
2.2.1. Base do imposto e determinação da matéria coletável
2.2.2. Obrigações fiscais
2.3. Residentes sem estabelecimento estável
2.3.1. Formas de tributação
2.3.1.1. Tributação por retenção a título definitivo
2.3.1.2. Tributação a final com obrigação declarativa
2.3.2. A dupla tributação e o papel dos ADT
3. Benefícios fiscais, em IRS e IRC, a não residentes

MARÇO — Sérgio Martins Ferreira

NCRF 13 – Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas e o método de equivalência patrimonial

1. Âmbito de aplicação da NCRF 13
2. Definições
3. Caracterização de empreendimentos conjuntos
4. Operações conjuntamente controladas
5. Ativos conjuntamente controlados
6. Entidades conjuntamente controladas
7. Transações entre um empreendedor e um empreendimento conjunto
8. Operadores de empreendimentos conjuntos
9. Investimentos em associadas
10. Trabalhos de preparação da aplicação do MEP
11. Aplicação do MEP
12. Aplicação de MEP – Interesses de longo prazo
13. Descontinuação da aplicação do MEP
14. Perdas por imparidade
15. Divulgações
16. Casos práticos da aplicação do MEP

ABRIL — José Fernando Abreu Rebouta

Peritagem Contabilística e Fiscal

1. Conceitos: Peritagem Contabilística e Peritagem Fiscal
2. Peritagem e Auditoria
3. Peritagem Contabilística
3.1. Tipos: Judicial, Extrajudicial e Arbitral
3.2. Peritagem e Avaliação
4. A Peritagem no Código do Processo Civil
4.1. A Prova pericial
4.2. Compromisso dos peritos
4.3. Relatório pericial
4.4. Incompatibilidades do perito
5. O perito no Tribunal Arbitral
6. Metodologia e Normas
7. Os peritos na Lei Geral Tributária
7.1. Avaliação Indireta
7.2. Transmissão de imóveis para efeitos de IRC
7.3. Prova pericial nas regularizações do IVA

ABRIL — Adriano Torres da Silva

Tributação de empresas de grupo

1. A legislação comercial – Código das sociedades comerciais
1.1. Sociedades em relação de domínio
1.2. Sociedades em relação de grupo
2. Aspetos contabilísticos no reconhecimento de participações financeiras
2.1. Goodwill e badwill
2.2. Método de equivalência patrimonial
2.3. Consolidação de contas
3. Aspetos fiscais – IRC
3.1. Regime geral
3.2. Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades – RETGS
3.2.1. Conceitos
3.2.2. Requisitos e exclusões
3.2.3. Procedimentos e obrigações declarativas
3.2.4. Obrigações de pagamento

ABRIL — Duarte Nuno Rodrigues da Rocha Araújo

Dossier Fiscal – Organização e preparação das notas anexas às demonstrações financeiras

1. Normativos contabilísticos e necessidades de divulgação
2. O Anexo
2.1. SNC – modelo geral
2.2. NCRF-PE
2.3. NC-ME
2.4. NCRF-ESNL
3. Processo de documentação fiscal em IRS e IRC – "dossiê fiscal"
3.1. Normativo aplicável
3.2. Conservação e acesso por parte da Administração Fiscal
3.3. Documentos que integram o dossiê fiscal
3.4. A importância do dossiê fiscal – análise de alguns casos
3.5. Processo de documentação fiscal – preços de transferência

ABRIL — Vítor Vale

Excel Aplicado à Contabilidade

1. Macros de comando
1.1. Conceito de macros
1.2. Gravação de macros com referências relativas e com referências absolutas
1.3. Atribuição de macros a botões e menus
1.4. Revisões de formatação, funções de data e de texto
1.5. Caso prático: importação de mapas contabilísticos de outras aplicações
2. Análise de mapas com informação contabilística
2.1. Conceito de tabela de dados
2.2. Tabelas dinâmicas
2.3. Filtragem e ordenação
2.4. Subtotais
2.5. Formatação condicional
2.6. Caso prático: evolução dos saldos das contas
3. Elaboração de mapas de serviço da dívida
3.1. Conceitos de empréstimos bancários
3.2. Funções financeiras
3.3. Caso prático: calculadora financeira
4. Elaboração de mapas com informação contabilística financeira
4.1. Funções de procura e pesquisa
4.2. Funções de contagem e soma condicionadas
4.3. Funções de base de dados
4.4. Caso prático: elaboração de contas de exploração /cálculo de rácios financeiros
5. Utilização do excel em tarefas de conferência
5.1. Verificação de numeração sequência de documentos
5.2. Confrontação de extratos / análise de contrapartidas
5.3. Identificação de saldos sem movimento
5.4. Caso prático: elaboração de mapa de antiguidade das dívidas

ABRIL — Raul Laureano

OTOC
Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Tributação do património e imposto do selo

1. IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis
1.1. Incidência
1.1.1. Real ou objetiva
1.1.2. Incidência subjetiva
1.2. Início da tributação em IMI
1.3. Matrizes
1.3.1. Atualização das matrizes
1.3.2. Reclamação das matrizes
1.4. Avaliações
2. IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
2.1. Incidência
2.1.1. Real ou objetiva
2.2. Determinação da matéria coletável
2.3. Liquidação
2.4. Valor patrimonial tributário excessivo
2.5. Taxas
2.6. Pagamento do imposto
3. IS - Imposto do Selo
3.1. Incidência objetiva
3.2. Incidência subjetiva
3.3. Encargo do imposto
3.4. Territorialidade
3.5. Nascimento da obrigação tributária
3.6. Isenções

MAIO — Abílio Marques

Infrações fiscais

1. Normativo aplicável
2. Conceito e espécies de infrações fiscais
3. Responsabilidade
4. Crimes e contraordenações: distinção e moldura sancionatória aplicável
5. Processo penal tributário
6. Processo de contraordenação tributária
7. Tipos de crime fiscal
8. Tipos de contraordenação fiscal

MAIO — Vasco Guimarães

2014

Formação Segmentada
Conteúdos programáticos

Manifestações de fortuna e outros acréscimos patrimoniais não justificados

1. Tributação das manifestações de fortuna no contexto do combate à fraude e evasão fiscais
2. Pressupostos e âmbito de aplicação da tributação das manifestações de fortuna
3. Meios de defesa do contribuinte e garantias
4. Análise de casos práticos

MAIO — Cristina Pinto

A empresa em dificuldades – Aspetos legais, contabilísticos e fiscais

1. A aferição da situação da empresa
1.1. Análise financeira
1.2. Análise de mercados
2. Os mecanismos legais – seu enquadramento
2.1. A dissolução e liquidação por iniciativa dos sócios
2.2. O processo especial de revitalização
2.3. O processo de insolvência
3. Aspetos contabilísticos
3.1. Reconhecimento de imparidades
3.2. O perdão de dívidas
3.3. Operações de restruturação de empresas
4. Aspetos fiscais
5. A intervenção do TOC
5.1. Principais pontos críticos
5.2. Direitos e deveres

MAIO — Vítor Vale

NCRF 19 – Contratos de construção

1. Introdução
2. Enquadramento contabilístico
2.1 Normativo POC – A Diretriz Contabilística n.º 3
2.2. Sistema de Normalização Contabilística – NCRF 19
2.2.1. Âmbito
2.2.2. Combinação e segmentação dos contratos de construção
2.2.3. Rédito do contrato
2.2.4. Gastos do contrato
2.2.5. Reconhecimento do rédito e dos gastos do contrato
2.2.6. Reconhecimento de perdas esperadas
2.2.7. Alteração nas estimativas
2.2.8. Divulgações
3. Enquadramento Fiscal
3.1. Regras gerais da periodização do lucro tributável
3.2. Casos específicos dos contratos de construção

JUNHO — Sérgio Pontes

Renúncia à isenção do IVA

1. Âmbito das isenções abrangidas pela renúncia
1.1. Operações efetuadas por estabelecimentos hospitalares, clínicas, dispensários e similares
1.2. Formação profissional
1.3. Fornecimento de alimentação e bebidas pelas entidades patronais aos seus trabalhadores
1.4. Prestações de serviços efetuados por cooperativas aos seus associados agricultores
1.5. Locação de bens imóveis
1.6. Transmissões onerosas de bens imóveis
2. A renúncia à isenção
2.1. Condições e procedimentos
2.2. As regularizações no imposto suportado
3. O caso específico da renúncia à isenção nas operações relativas a bens imóveis
3.1. Locação de bens imóveis
3.1.1. Condições objetivas
3.1.2. Condições subjetivas
3.1.3. Formalidades e momento em que se efetiva a renúncia
3.1.4. Obrigações
3.1.5. Exercício do direito à dedução e regularizações
3.2. Transmissões onerosas de bens imóveis
3.2.1. Condições objetivas
3.2.2. Condições subjetivas
3.2.3. Formalidades e momento em que se efetiva a renúncia
3.2.4. Obrigações
3.2.5. Exercício do direito à dedução e regularizações

JUNHO — Emília Pimenta

2014

Código do Procedimento e Processo Tributário

1. Noção, âmbito e princípios fundamentais do procedimento tributário
2. Procedimentos tributários
2.1. Procedimentos prévios de informação e avaliação
2.2. Procedimento de liquidação
2.3. Procedimento de reconhecimento de benefícios fiscais
2.4. Procedimento de recurso hierárquico
2.5. Procedimento de reclamação graciosa
2.6. Procedimento de cobrança
2.7. Procedimento de correção de erros da Administração Tributária
3. Processo Tributário
3.1. Processo de impugnação judicial
3.2. Processo de execução fiscal
3.3. Recursos

JUNHO — Jorge Costa

NCRF 28 – Benefícios aos empregados

1. Introdução
2. Benefícios dos empregados
2.1. Benefícios a curto prazo dos empregados
2.2. Benefícios pós-emprego
2.3. Outros benefícios a longo prazo dos empregados
2.4. Benefícios de cessação de emprego
2.5. Benefícios de remuneração em capital próprio
3. Código de Contas
4. Reconhecimento e Mensuração
4.1. Benefícios a curto prazo dos empregados
4.2. Benefícios pós-emprego
4.3. Outros benefícios a longo prazo dos empregados
4.4. Benefícios de cessação de emprego
4.5. Benefícios de remuneração em capital próprio
5. Divulgações

JULHO — Pega Magro

OTOC
Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Contabilidade Orçamental e Lei dos Compromissos na Administração Pública

1. A Contabilidade Orçamental
1.1. Sistemas contabilísticos na Administração Pública
1.2. Elaboração do Orçamento
1.3. Modificações ao orçamento
1.4. Execução da receita
1.5. Execução da despesa
1.6. Operações de tesouraria
1.7. Documentos de prestação de contas
2. Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso
2.1. Introdução e justificação da Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA)
2.2. Âmbito (a quem se aplica a LCPA)
2.3. Fundos disponíveis
2.4. Compromissos
2.5. Pagamentos
2.6. Atrasos nos pagamentos
2.7. Prestação de informação
2.8. Registo contabilísticos

JULHO — João Carvalho

Estatuto dos Benefícios Fiscais

1. Princípios gerais
2. Benefícios fiscais de natureza social
3. Benefícios fiscais à poupança
4. Benefícios fiscais ao investimento produtivo
5. Benefícios fiscais relativos a imóveis
6. Benefícios fiscais ao mecenato
7. Benefícios às cooperativas
8. Outros benefícios fiscais
9. Limitações em IRS e IRC, aos benefícios fiscais
10. Casos práticos

JULHO — Fernando Manuel Gonçalves da Silva

2014

Formação Segmentada
Conteúdos programáticos

Processo de contra-ordenação tributário

1. Processo de aplicação das coimas - fase administrativa
1.1. Competência para a instauração e instrução
1.2. Investigação e instrução
1.3. Notificação e apresentação de defesa
1.4. Aplicação de coima - competências
1.5. Arquivamento do processo
1.6. Pagamento
2. Processo de aplicação das coimas - fase judicial

JULHO — Jesuíno Martins

Contabilidade para agentes de seguro e sociedades de mediação

1. Normativos contabilísticos aplicáveis
2. Opção pelas Normas Internacionais de Contabilidade
3. Adaptação do Plano de Contas à atividade de mediação
4. Análise do registo de algumas operações específicas
5. As divulgações adicionais no Anexo
6. Requisitos específicos da prestação e publicação das contas anuais

SETEMBRO — Joaquim Jorge Almeida Mota

Dissolução, liquidação, fusão e cisão de sociedades (aspetos contabilísticos e fiscais)

1. Dissolução de Sociedade Comerciais
1.1. Definição
1.2. Causas de Dissolução Imediata
1.3. Causas de Dissolução Administrativa
1.4. Causas de Dissolução Oficiosa
2. Liquidação de Sociedades Comerciais
2.1. Conceito
2.2. O Processo de Liquidação
3. Procedimentos administrativos de dissolução e liquidação de entidades comerciais
4. Procedimento Especial de Extinção Imediata de Entidades Comerciais (cessação na hora)
4.1. Extinção de dívidas da Sociedade
5. Tratamento Contabilístico e Fiscal
6. Fusão e Cisão
6.1. Fusões
6.1.1. Conceitos
6.1.2. O Processo de Fusão
6.1.3. Tratamento Fiscal
6.1.4. Tratamento contabilístico
6.2. Cisão
6.2.1. Conceito e Modalidades
6.2.2. Processo de Cisão
6.2.3. Tratamento Fiscal
6.2.4. Tratamento contabilístico

SETEMBRO — Carlos Lázaro, José Manuel Oliveira e Nanja Kroon

Regime jurídico, fiscal e aspetos contabilísticos relevantes nas SGPS

1. Regime Jurídico das SGPS
1.1. Tipos de sociedade e objeto social
1.2. Participações admitidas
1.3. Operações vedadas às SGPS
1.4. Obrigações específicas
2. Aspetos contabilísticos
2.1. Método de equivalência patrimonial – NCRF 13
3. Regime Fiscal das SGPS
3.1. A tributação das Mais valias em IRC
3.2. A eliminação da dupla tributação dos lucros distribuídos em IRC
3.3. Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades
3.4. A problemática do direito à dedução em IVA
3.5. As operações financeiras entre a SGPS e as participadas – Imposto do selo

SETEMBRO — Artur Silva

2014

O processo de execução na Administração Fiscal e na Segurança Social

1. Âmbito da execução fiscal
1.1. O título executivo
1.2. Competência do órgão de execução fiscal
1.3. Legitimidade do Exequente
1.4. Legitimidade do Executado
2. Processo de execução fiscal
2.1. Instauração do processo de execução fiscal
2.2. Citação e seus efeitos
2.3. Prestação de garantia
2.4. Processo de reclamação judicial
2.5. Penhora
2.6. Venda: procedimentos, modalidades e efeitos
2.7. Extinção

SETEMBRO — Jesuíno Martins

Consolidação de contas e método da equivalência patrimonial

1. Contabilização dos Investimentos financeiros no SNC
1.1. Investimentos em associadas e interesses em empreendimentos conjuntos
1.2. Investimentos em subsidiárias
1.3. Outros investimentos
1.4. Definição de influência significativa e definição de controlo
1.5. Método de equivalência patrimonial
1.6. *Goodwill* e *Badwill*
2. Consolidação de contas
2.1. Enquadramento legal e conceitos relevantes
2.2. O processo de consolidação
2.3. Limitações da consolidação
2.4. Preparação da consolidação e escolha dos métodos
2.5. Ajustamentos prévios
2.6. As operações de consolidação

SETEMBRO — Augusto Jorge Ribeiro Simões

Gestão e auditoria pública

1. Gestão pública versus gestão privada
2. Princípios da gestão financeira na ap:
2.1. A legalidade
2.2. A economia, eficiência e eficácia
2.3. Regras de execução orçamental
2.4. Controlo orçamental
2.4. Manual de controlo interno
3. A auditoria na AP
3.1. O tribunal de contas
3.2. A IGF
3.3. Auditorias internas

OUTUBRO — João Carvalho e Susana Silva

Gestão da Eficiência Empresarial

1. Principais noções da eficiência empresarial
2. Modelos de avaliação da eficiência
2.1. Modelos paramétricos
2.2. Modelos não paramétricos
3. Aplicação prática do modelo de análise envoltória de dados
3.1. Modelo geral
3.2. Principais variantes ao modelo geral:
as economias de escala
3.3. Extensões dos modelos
3.4. Orientações dos modelos
3.5. As variáveis *input/output*
3.6. As aplicações práticas

OUTUBRO — Ana Isabel Martins

Métodos de reação aos atos inspetivos

1. Introdução – Enquadramento legal
2. Princípios do procedimento e processo tributário e garantias dos sujeitos passivos
3. Meios de defesa do sujeito passivo
3.1. Aspetos introdutórios
3.2. Procedimento de revisão
3.3. Revisão dos atos tributários
3.4. Reclamação graciosa
3.5. Impugnação judicial
3.6. Declaração de substituição
3.7. Opções e articulação entre diferentes meios de defesa
4. Procedimento de inspeção tributária
5. A cobrança e o processo de execução fiscal

OUTUBRO — José Roriz

IRS (Revisão ao código)

1. Os sujeitos passivos de IRS
1.1. Caracterização do imposto
1.2. Estrutura do imposto
1.3. Os sujeitos passivos de IRS
1.4. As pessoas coletivas e o IRS
2. Rendimentos tributáveis em IRS
2.1. Aspetos comuns
2.2. Rendimentos do trabalho dependente - categoria A
2.3. Rendimentos empresariais e profissionais – categoria B
2.4. Rendimentos de capitais – categoria E
2.5. Rendimentos prediais – categoria F
2.6. Incrementos patrimoniais – categoria G
2.7. Pensões – categoria H
3. Rendimento coletável
3.1. Aspetos comuns
3.2. Aspetos específicos
3.2.1. Categoria B
3.2.2. Categoria F
3.2.3. Categoria G
4. Modelos declarativos
5. A liquidação e o pagamento
6. Retenções na fonte
7. Obrigações acessórias
8. Garantias dos contribuintes em sede de IRS

NOVEMBRO — Liliana Pereira

Elaboração do plano de negócios

1. Noção de plano de negócios e objetivos
2. Principais tipos de planos de negócio
3. Características fundamentais de um plano de negócios
4. Principais erros cometidos na elaboração de um plano de negócios
5. Estrutura base de um plano de negócios
6. A intervenção do TOC na elaboração de um plano de negócios

NOVEMBRO — Rui Jorge da Silva Costa

Responsabilidade subsidiária do TOC

1. As funções assacadas ao TOC – art. 6º do EOTOC
2. O conceito de regularidade técnica constante do nº 3 do art. 6º do EOTOC
3. Deveres dos TOC's para com as entidades a quem prestam serviços (art. 54º do EOTOC) e para com a administração fiscal (art. 55º do EOTOC)
4. O dever legal de informação (do TOC perante o cliente – Art. 11º do CDTOC
5. A rescisão do contrato de prestação de serviços, por iniciativa do TOC, por violação de algum dos direitos perante o cliente – Art. 51º, nº 1 do EOTOC – compatibilizar com o disposto no art. 12º e art. 15º, ambos do CDTOC
6. A necessidade de atualizar o art. 10º do EOTOC, quer data de início, quer a data de cessação de funções nos clientes
7. A Renúncia ao cliente no Portal das Finanças
8. O Art. 58º do EOTOC – Participação de crimes públicos
9. Responsabilidade subsidiária dos TOC – pressupostos legais; o Art. 24º, nº 3 da LGT e o Art. 8º, nº 3 do RGIT; requisitos da reversão fiscal; meios de defesa

NOVEMBRO — Albano Santos

Entidades do setor não lucrativo – aspetos contabilísticos e fiscais

1. O Setor não lucrativo - enquadramento
2. Normativo contabilístico do Setor não lucrativo
3. Normas contabilísticas e de relato financeiro para as ESNL – alguns aspetos específicos
4. A tributação das ESNL: enquadramento em IVA e em IRC

DEZEMBRO — José Neves Raimundo, Gomes dos Santos e Rui Lima

Contabilidade de gestão na administração pública

1. Objectivos da contabilidade de custos ou de gestão
1.1. O caso do POCAL e os custos das tarifas e taxas
1.2. O caso do POC-educação e o custo das actividades e dos alunos
1.3. O caso do POC-saúde e o custo dos serviços de saúde
2. Tendencias da contabilidade de gestão na AP
3. A contabilidade de gestão na nova reforma da contabilidade pública em vigor

DEZEMBRO — João Carvalho e Patrícia Gomes

IVA (Revisão ao Código)

1. Incidência
1.1. Incidência objetiva
1.2. Incidência subjetiva
1.3. Localização das operações
1.4. Facto gerador e exigibilidade do imposto
2. Isenções
2.1. Isenções simples ou incompletas
2.2. Isenções completas
2.2.1. Isenções nas importações
2.2.2. Outras isenções
2.3. Isenções em legislação avulsa
3. Valor tributável
3.1. Nas operações internas
3.2. Nas importações
4. Taxas
5. Liquidação e dedução
5.1. Condições do direito à dedução
5.2. Exclusões do direito à dedução
5.3. Modalidades do direito à dedução (reembolsos)
6. Deduções parciais e regularizações
6.1. Princípios gerais do direito à dedução
6.2. Conceitos
6.3. Âmbito de aplicação do Art. 23º CIVA
6.4. Regularizações anuais
6.5. Outras regularizações
6.6. Regularizações no caso de mudança de regime (Art. 25º CIVA)
7. Obrigações dos sujeitos passivos
7.1. Obrigações de pagamento
7.2. Obrigações declarativas
7.3. Obrigações de faturação
7.4. Obrigações contabilísticas
8. Regularizações do imposto
9. Regimes especiais
9.1. Regime especial de isenção
9.2. Regime especial dos pequenos retalhistas
10. Regimes particulares
10.1. Agências de viagens e organizadores de circuitos turísticos
10.2. Bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades
10.3. Tabacos manufaturados
10.4. Combustíveis
10.5. Ouro para investimento
10.6. Venda de pescado em lota
10.7. Substituição do devedor do imposto

DEZEMBRO — José Roriz

Aspetos societários relevantes para a contabilidade

1. Constituição de sociedades e cooperativas
2. A transmissão de participações sociais
3. Aumento de capital
4. Amortização de partes de capital
5. Redução de capital
6. Aquisição de quotas próprias
7. Realização de prestações acessórias e suplementares
8. Perda de metade do capital
9. A aplicação de resultados – constituição de reservas e distribuição de lucros

DEZEMBRO — Jorge Fernando Regateiro de Jesus Carvalheiro

Apoios ao Investimento e à Exploração

1. Os projetos de investimento
1.1. Conceitos
1.2. Classificação de projetos de investimento
1.3. As principais etapas
1.4. Os riscos
2. Aspetos contabilísticos gerais – a NCRF 22
3. Principais apoios e incentivos – enquadramento legal, tratamento fiscal e contabilístico
3.1. Sistemas de incentivos à inovação
3.2. Sistema de incentivos à investigação e desenvolvimento
3.3. Sistema de incentivos à qualificação e internacionalização das PME
3.4. Apoios à agricultura, pescas e desenvolvimento rural e regional
3.5. Incentivos ao emprego
3.6. Incentivos e benefícios fiscais

DEZEMBRO — António José Borralho Ramalho

Formação Permanente

Mês	Código	Designação do curso	H.	Diurno	Noturno	Sáb.	CQ	€
Novembro	Per0114	Revisão das normas contabilísticas	32	3, 4, 6 e 7	3, 4, 5, 6, 7 10, 11 e 13		48	128

HORÁRIO DIURNO: 12 HORAS (1º dia: 09h00-13h00 / 14h00-18h00 e 2º dia: 9h00 -13h00) **Outras** (9h00-13h00 / 14h00-18h00)
HORÁRIO NOTURNO: 19h00-23h00

NOTAS:
1. As **inscrições são feitas exclusivamente pelo site** e até **15 dias** antes do início de cada formação.
2. Nas 48 horas seguintes ao pagamento, verificar se a inscrição está confirmada, na Pasta TOC, Dados Pessoais, Formação.
3. A formação, só se realiza com o mínimo de 30 TOC, por turno.
4. Só são admitidas inscrições de Técnicos Oficiais de Contas.
5. As inscrições para, Lisboa II e Porto II, só abrem, após lotado Lisboa I e Porto I.
6. **Não se aceitam pedidos de devolução do pagamento após início da Formação onde se inscreveu**

Cidade	Local	Morada
Angra	Terceira Mar Hotel	Portões de São Pedro, 1
Aveiro	OTOC	R. Cristóvão Pinho Queimado, 42, Lote 4, Piso 1, Loja 0 - Forca
Beja	NERBE	R. Cidade de S. Paulo
Braga	OTOC	Pç. Camilo Castelo Branco, 37
Bragança	NERBA	Alto das Cantarias – Saída Sul
C Branco	OTOC	Urb. Quinta Pires Marques-Av. de Espanha, 27 R/C Esqº
Coimbra	OTOC	Urbanização Panorama, Lote 3 - Loja 1, Monte Formoso
Évora	Evorahotel	Av. Túlio Espanca
Faro	OTOC	Urb. Horta das Figuras, Lt.31, Bl. F, Lj. W, R/C Poente
Funchal	OTOC	Av. da Madalena, 99 Edif. Pç. das Madalenas I, R/C D
Guarda	ESTG	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 50
Horta	Hotel do Canal	Lg. Dr. Manuel Arriaga
Leiria	OTOC	R. Paulo VI (Vale da Cabrita), Lote 44, 23B, Loja 4, R/C
Lisboa I	OTOC	R. Barbosa du Bocage, 45
Lisboa II	Universidade Lusíada	R. Quinta do Almargem – 1349-001 Lisboa
P. Delgada	OTOC	Av. Infante D. Henrique-C.Com. Sol-Mar, Loja 225
Portalegre	ESTG	Lugar da Abadessa
Porto I	OTOC	R. da Boavista, 383-R/C
Porto II	Hotel Vila Galé Porto	Av. Fernão de Magalhães, 7
Santarém	OTOC	Av. Madre Andaluz, 12-B
Setúbal	OTOC	Estrada das Machadas, Urb. Golfinhos Sado, 5 Loja 5A
V. Castelo	Estalagem Melo Alvim	Av. Conde da Carreira, n.º 28
V. Real	OTOC	Av. 1º de Maio, 23
Viseu	OTOC	Quinta do Melo-Rua Dr. António Costa, lote 20, nº 12-Jugueiros

Revisão das normas contabilísticas

1. Normalização contabilística – enquadramento
2. SNC – modelo geral, NCRF-PE, Norma Contabilística para Microentidades – semelhanças e diferença. Contingências fiscais
2.1. Demonstrações Financeiras
2.2. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros
2.3. Ativos intangíveis
2.4. Ativos fixos tangíveis
2.5. Ativos não correntes detidos para venda
2.6. Locações
2.7. Custo dos empréstimos obtidos
2.8. Propriedades de investimento
2.9. Imparidades de ativos
2.10. Investimentos em associados
2.11. Investimentos em subsidiárias
2.12. Concentrações de atividades empresariais
2.13. Inventários
2.14. Contratos de construção
2.15. Rédito
2.16. Provisões
2.17. Subsídios de Governo
2.18. Impostos sobre o rendimento
2.19. Instrumentos financeiros
2.20. Benefícios aos empregados
3. Transição entre normativos contabilísticos

NOVEMBRO — Jonas Oliveira e Graça Azevedo

2014
Formação à Distância

Formação à Distância

Mês	Código	Designação do curso	H	Data	CQ	€
Janeiro	Dis0114	Norma contabilistica para pequenas entidades	12	15/01/14 a 12/02/14	18	48
	Dis0214	Contabilidade para Juntas de Freguesia	8	15/01/14 a 29/01/14	12	32
	Dis0314	Ética e deontologia	8	15/01/14 a 29/01/14	12	32
	Dis0414	Alterações ao código de trabalho e sua aplicação prática (processamento de salários)	8	15/01/14 a 29/01/14	12	32
Fevereiro	Dis0514	Encerramento de contas - Aspetos contabilisticos	8	19/02/14 a 06/03/14	12	32
	Dis0614	Encerramento de contas - Aspetos fiscais	8	19/02/14 a 06/03/14	12	32
	Dis0714	Normas internacionais de contabilidade adotados EU	16	19/02/14 a 19/03/14	24	64
	Dis0814	IRS (revisão ao código)	16	19/02/14 a 19/03/14	24	64
	Dis0914	Revisão das normas contabilisticas	32	19/02/14 a 10/04/14	48	128
Março	Dis1014	SNC - Ativos não Correntes	8	19/03/14 a 03/04/14	12	32
	Dis1114	SNC - Ativos Correntes	8	19/03/14 a 03/04/14	12	32
	Dis1214	Apoios ao investimento e à exploração	8	19/03/14 a 03/04/14	12	32
	Dis1314	IRC (revisão ao código)	16	19/03/14 a 17/04/14	24	64
	Dis1414	Mais e Menos Valias em IRC e IRS	8	19/03/14 a 03/04/14	12	32
	Dis1514	Regime Contabilistico e Fiscal das Depreciações e Amortizações	8	19/03/14 a 03/04/14	12	32
	Dis1614	Empresas Municipais - Constituição e Obrigações Contabilísticas e Fiscais	12	19/03/14 a 10/04/14	18	48
Abril	Dis1714	SNC - Microentidades	8	16/04/14 a 30/04/14	12	32
	Dis1814	Perdas por imparidade e créditos incobráveis em IVA e IRC	8	16/04/14 a 30/04/14	12	32
	Dis1914	Dossier de preços de transferência	8	16/04/14 a 30/04/14	12	32
	Dis2014	Estatuto dos Beneficios Fiscais	8	16/04/14 a 30/04/14	12	32
	Dis2114	Dossier Fiscal - organização e preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	16	16/04/14 a 15/05/14	24	64
	Dis2214	Código de procedimento e de processo tributário	16	16/04/14 a 15/05/14	24	64
Maio	Dis2314	NCRF 13 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas e o método de equivalência patrimonial	8	14/05/14 a 29/05/14	12	32
	Dis2414	Estruturação de um quadro de bordo de apoio à gestão (Balenced Score Card)	12	14/05/14 a 06/06/14	18	48
	Dis2514	A empresa em dificuldades - aspetos legais, contabilisticos e fiscais	8	14/05/14 a 29/05/14	12	32
Junho	Dis2614	NCRF 28 - beneficios dos empregados	8	18/06/14 a 03/07/14	12	32
	Dis2714	Renuncia à isenção do IVA	8	18/06/14 a 03/07/14	12	32
	Dis2814	Processo de contra-ordenacção tributário	8	18/06/14 a 03/07/14	12	32
	Dis2914	Código Contributivo	16	11/06/14 a 15/07/14	24	64
Julho	Dis3014	NCRF 10 - Custo dos empréstimos obtidos	8	16/07/14 a 31/07/14	12	32
	Dis3114	NCRF 19 - Contratos de construção	16	02/07/14 a 31/07/14	24	64
	Dis3214	Contabilidade orçamental e lei dos compromissos na administração pública	12	02/07/14 a 24/07/14	18	48
	Dis3314	Localização das operações de serviços	8	16/07/14 a 31/07/14	12	32
	Dis3414	Infrações Fiscais	12	16/07/14 a 31/07/14	18	48

Mês	Código	Designação do curso	H	Data	CQ	€
Setembro	Dis3514	NCRF 17 - Activos biológicos - aspectos contabilisticos e fiscais	16	17/09/14 a 21/10/14	24	64
	Dis3614	NCRF 22 - Contabilização dos subsidios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo	8	17/09/14 a 02/10/14	12	32
	Dis3714	Impostos diferidos	8	17/09/14 a 02/10/14	12	32
	Dis3814	IVA (revisão ao código)	16	17/09/14 a 21/10/14	24	64
	Dis3914	O processo de execução fiscal na Administração Fiscal e na Segurança Social	12	17/09/14 a 13/10/14	18	48
Outubro	Dis4014	NCRF 27 - instrumentos financeiros - aplicações práticas	8	15/10/14 a 30/10/14	12	32
	Dis4114	Consolidação de contas e método de equivalência patrimonial	16	15/10/14 a 13/11/14	24	64
	Dis4214	Gestão e auditoria pública	8	15/10/14 a 30/10/14	12	32
	Dis4314	Dissolução, Liquidação, Fusão e Cisões de Sociedades (aspectos contabilisticos e fiscais)	16	15/10/14 a 13/11/14	24	64
	Dis4414	Código de insolvência e recuperação de empresas	16	15/10/14 a 13/11/14	24	64
	Dis4514	Métodos de reação aos atos inspetivos	16	15/10/14 a 13/11/14	24	64
Novembro	Dis4614	Tributação de empresas de grupo	8	12/11/14 a 27/11/14	12	32
	Dis4714	Tributação de não residentes - enquadramento fiscal em IRS e IRC	8	12/11/14 a 27/11/14	12	32
	Dis4814	Preparação do mapa fluxos de caixa	8	12/11/14 a 27/11/14	12	32
	Dis4914	Agências de viagem-Aspectos contabilísticos e Fiscais	12	12/11/14 a 09/12/14	18	48
	Dis5014	Responsabilidade subsidiária do TOC	8	12/11/14 a 27/11/14	12	32
	Dis5114	Entidades do setor não lucrativo - aspetos contabilisticos e fiscais	16	12/11/14 a 18/12/14	24	64
	Dis5214	Contabilidade de gestão na administração pública	8	12/11/14 a 27/11/14	12	32
Dezembro	Dis5314	Elaboração do plano de negócios	8	03/12/14 a 18/12/14	12	32
	Dis5414	Aspectos societários relevantes para a contabilidade	12	03/12/14 a 22/12/14	18	48
	Dis5514	Contratação Pública	8	03/12/14 a 18/12/14	12	32

NOTAS:

1. As inscrições são feitas exclusivamente pelo sítio internet e **até 15 dias antes** de cada formação.
2. Nas 48 horas seguintes ao pagamento, consulte o estado da inscrição e acessos à plataforma na **Pasta TOC > Dados Pessoais > Formação.**
3. Só são admitidas inscrições de **Técnicos Oficiais de Contas.**
4. **Não se aceitam pedidos de devolução do pagamento após início da formação.**

OTOC
Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Norma Contabilística para Pequenas Entidades

1. Enquadramento legal e demonstrações financeiras
1.1. Enquadramento legal do sistema de Normalização Contabilística
1.2. Noção de pequena entidade
1.3. Regime das pequenas entidades
1.4. A aplicação do regime de pequenas entidades
1.5. Inventário permanente e pequenas entidades
1.6. Disposições supletivas gerais
1.7. Demonstrações financeiras modelos reduzidos
2. Estrutura Conceptual
3. A importância acrescida da EC no contexto do novo SNC
4. Alguns aspetos específicos
4.1. Introdução
4.2. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
4.3. Ativos fixos tangíveis
4.4. Ativos intangíveis
4.5. Locações
4.6. Empréstimos obtidos
4.7. Inventários
4.8. Rédito
4.9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
4.10. Subsídios do Governo
4.11. Alterações em taxas de câmbio
4.12. Impostos sobre o rendimento
4.13. Instrumentos financeiros
4.14. Benefícios dos empregados

JANEIRO — Avelino Antão

Contabilidade para Juntas de Freguesia

1. O sistema contabilístico das freguesias
2. Os documentos previsionais
2.1. Orçamento
2.2. Plano Plurianual de Investimentos
3. Execução orçamental da despesa e receita
3.1. Fases de registo contabilístico da despesa
3.2. Fases de registo contabilístico da receita
3.3. Documentos de suporte
4. O controlo Interno
4.1. Métodos e procedimento de controlo
4.2. A norma de controlo Interno
5. A prestação de contas
5.1. Documento de prestação de contas
5.2. Tramitação da prestação de contas

JANEIRO — Maria José Fernandes

Ética e deontologia

1. Conceitos básicos: ética e deontologia profissional
2. As funções do TOC e a prática de atos por estes profissionais que, nos termos da lei não sejam da sua competência profissional
3. Os direitos do TOC perante a OTOC e outras entidades públicas
4. Os direitos do TOC perante o cliente
5. Os deveres do TOC perante a OTOC
6. Os deveres do TOC perante o cliente
7. Os deveres do TOC perante a Administração Fiscal – as relações com entidades públicas e privadas
8. Deveres recíprocos do TOC
9. A infração e as penas disciplinares

JANEIRO — Marco Nunes

Alterações ao Código do Trabalho e sua aplicação prática (processamento de salários)

1. Introdução
2. Alterações ao Código do Trabalho
2.1. Novo regime do contrato de muito curta duração
2.2. Novas regras do contrato de trabalho temporário
2.3. Novo regime de organização do tempo de trabalho
2.4. Regime do trabalho suplementar
2.5. Regime dos feriados
2.6. Medidas para por fim às "pontes"
2.7. Regime das férias
2.8. Novo regime do Lay-off
2.9. Das compensações por cessação do contrato de trabalho
2.10. Procedimento do despedimento coletivo
2.11. Procedimento para despedimento por extinção do posto de trabalho
2.12. Novo regime do despedimento por inadaptação
3. Casos práticos

JANEIRO — Filipa Magalhães

Encerramento de contas – Aspetos contabilísticos

1. A contabilidade como sistema de informação
2. Os utilizadores da informação contabilística
3. A prestação de contas
4. Normativos contabilísticos
4.1. Sistema de Normalização Contabilística
4.2. Bases para a apresentação de demonstrações financeiras
4.3. Normalização contabilística para Microentidades
4.4. Demonstrações Financeiras
4.5. Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
4.6. Consolidação de Contas
5. Operações anteriores ao encerramento das contas
6. Operações de encerramento
6.1. Revalorizações – Ativos Fixos tangíveis e ativos intangíveis
6.2. Depreciações e Amortizações
6.3. Imparidades em ativos
6.4. Aplicação do justo valor
6.5. Método de equivalência patrimonial
6.6. Inventários
6.7. Diferenças de câmbio
6.8. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
6.9. Rédito
6.10. Contratos de construção
6.11. Regime do acréscimo
6.12. Subsídios do governo
6.13. Impostos diferidos
6.14. Estimativa de imposto
6.15. Apuramento dos resultados
6.16. Preparação do Balanço e da Demonstração de Resultados

FEVEREIRO — Rui Sousa

Encerramento de contas – Aspetos fiscais

1. A declaração modelo 22
1.1. Função e prazos de apresentação
1.2. Tipos de sujeitos passivos
2. Quadro 07 da declaração modelo 22
2.1. Regime transitório POC – SNC
2.2. Variações patrimoniais
2.3. Método de equivalência patrimonial
2.4. Correções relacionadas com o uso de justo valor
2.5. Perdas por imparidade
2.6. Ajustamentos em inventários
2.7. Depreciações e amortizações
2.8. Mais valias fiscais, menos valias fiscais e reinvestimento
2.9. Limites à dedução dos encargos financeiros
2.10. Correções ao valor de transmissão dos imóveis
2.11. Preços de transferência
3. Quadro 09 da declaração modelo 22 e anexo D
3.1. Rendimentos isentos e o Anexo D
3.2. Dedução de prejuízos fiscais
4. Quadro 10 da declaração modelo 22
4.1. Apuramento da coleta e o anexo C – Regiões autónomas
4.2. Crédito de imposto por dupla tributação internacional
4.3. Derrama Municipal
4.4. Derrama Estadual
4.5. Tributações autónomas
5. A IES – Informação Empresarial Simplificada
5.1. Anexo A – Informações contabilísticas
5.2. Anexo A – Informações Fiscais
6. O dossiê fiscal

FEVEREIRO — Rui Sousa

Normas Internacionais de contabilidade adotadas na UE

1. A Normalização Contabilística na União Europeia
1.1. As Diretivas Comunitárias
1.2. O Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho de 2002
1.3. O Regulamento (CE) n.º 1725/2003, da Comissão de 29/9/2003
1.4. O Regulamento (CE) n.º 1126/2008, de 3 de Novembro de 2008 e as respectivas modificações
2. As Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas na UE
2.1. IAS 1 Apresentação de Demo. Financeiras (revista em 2007)
2.2. IAS 2 Inventários
2.3. IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa
2.4. IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros
2.5. IAS 10 Acontecimentos após o Período de Relato
2.6. IAS 11 Contratos de Construção
2.7. IAS 12 Impostos sobre o Rendimento
2.8. IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis
2.9. IAS 17 Locações
2.10. IAS 18 Rédito
2.11. IAS 19 Benefícios dos Empregados
2.12. IAS 20 Contabilização dos Subsídios Governamentais e Divulgação de Apoios Governamentais
2.13. IAS 21 Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
2.14. IAS 23 Custos de Empréstimos Obtidos (revista em 2007)
2.15. IAS 24, Divulgações de Partes Relacionadas
2.16. IAS 26 Contabilização e Relato dos Planos de Benef. de Reforma
2.17. IAS 27 Demo. Financeiras Consolidadas e Separadas
2.18. IAS 28 Investimentos em Associadas
2.19. IAS 29 Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias
2.20. IAS 31 Interesses em Empreendimentos Conjuntos

FEVEREIRO — Avelino Antão

OTOC
Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

IRS (Revisão ao código)

1. Os sujeitos passivos de IRS
1.1. Caracterização do imposto
1.2. Estrutura do imposto
1.3. Os sujeitos passivos de IRS
1.4. As pessoas coletivas e o IRS
2. Rendimentos tributáveis em IRS
2.1. Aspetos comuns
2.2. Rendimentos do trabalho dependente - categoria A
2.3. Rendimentos empresariais e profissionais – categoria B
2.4. Rendimentos de capitais – categoria E
2.5. Rendimentos prediais – categoria F
2.6. Incrementos patrimoniais – categoria G
2.7. Pensões – categoria H
3. Rendimento coletável
3.1. Aspetos comuns
3.2. Aspetos específicos
3.2. 1. Categoria B
3.2.2. Categoria F
3.2.3. Categoria G
4. Modelos declarativos
5. A liquidação e o pagamento
6. Retenções na fonte
7. Obrigações acessórias
8. Garantias dos contribuintes em sede de IRS

FEVEREIRO — Liliana Pereira

Revisão das normas contabilísticas

1. Normalização contabilística – enquadramento
2. SNC – modelo geral, NCRF-PE, Norma Contabilística para Microentidades – semelhanças e diferença. Contingências fiscais
2.1. Demonstrações Financeiras
2.2. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros
2.3. Ativos intangíveis
2.4. Ativos fixos tangíveis
2.5. Ativos não correntes detidos para venda
2.6. Locações
2.7. Custo dos empréstimos obtidos
2.8. Propriedades de investimento
2.9. Imparidades de ativos
2.10. Investimentos em associados
2.11. Investimentos em subsidiárias
2.12. Concentrações de atividades empresariais
2.13. Inventários
2.14. Contratos de construção
2.15. Rédito
2.16. Provisões
2.17. Subsídios de Governo
2.18. Impostos sobre o rendimento
2.19. Instrumentos financeiros
2.20. Benefícios aos empregados
3. Transição entre normativos contabilísticos

FEVEREIRO — Jonas Oliveira e Graça Azevedo

SNC – Ativos não correntes

1. Enquadramento dos ativos não correntes no SNC
1.1. Introdução
1.2. Reconhecimento e mensuração dos ativos fixos tangíveis
1.3. Operações relacionadas com ativos fixos tangíveis
1.4. Divulgações
2. Enquadramento dos acivos intangíveis
2.1. Definição
2.2. Reconhecimento
2.3. Mensuração inicial
2.4. Reconhecimento como gasto
2.5. Mensuração após reconhecimento
2.6. Amortização
2.7. Imparidade
2.8. Revalorização de ativos intangíveis
2.9. Retiradas e alienações
2.10. Ativos intangíveis classificados como detidos para venda
2.11. Divulgação
3. Os Investimentos Financeiros no SNC
3.1. Introdução
3.2. Reconhecimento e mensuração
3.3. Divulgações
4. As propriedades de investimento no SNC
4.1. Introdução
4.2. Reconhecimento e mensuração
4.3. Divulgações

MARÇO — Jorge Mota e Sónia Monteiro

2014

SNC – Ativos correntes

1. Os ativos correntes no SNC
1.1. Ativos correntes versus ativos não correntes
1.2. Os Ativos correntes e a Estrutura Conceptual
1.3. Os ativos correntes e as Bases de apresentação das Demonstrações Financeiras
1.4. Os ativos correntes e os modelos de demonstrações financeiras
1.5. Os ativos correntes e o Código das Contas
1.6. Os ativos correntes e as NCRF
2. Reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos ativos correntes
2.1. Inventários
2.2. Ativos Biológicos
2.3. Clientes
2.4. Adiantamentos a Fornecedores
2.5. Estado e Outros Entes Públicos
2.6. Accionistas/Sócios
2.7. Outras contas a receber
2.8. Diferimentos
2.9. Ativos Financeiros detidos para negociação
2.10. Outros Ativos Financeiros
2.11. Ativos não correntes detidos para venda
2.12. Caixa e Depósitos Bancários

MARÇO — Joaquim Jorge Almeida Mota

Apoios ao Investimento e à Exploração

1. Os projetos de investimento
1.1. Conceitos
1.2. Classificação de projetos de investimento
1.3. As principais etapas
1.4. Os riscos
2. Aspetos contabilísticos gerais – a NCRF 22
3. Principais apoios e incentivos – enquadramento legal, tratamento fiscal e contabilístico
3.1. Sistemas de incentivos á inovação
3.2. Sistema de incentivos à investigação e desenvolvimento
3.3. Sistema de incentivos à qualificação e internacionalização das PME
3.4. Apoios à agricultura, pescas e desenvolvimento rural e regional
3.5. Incentivos ao emprego
3.6. Incentivos e benefícios fiscais

MARÇO — António José Borralho Ramalho

IRC (revisão ao Código)

1. Incidência
2. Extensão da obrigação do imposto
3. Transparência fiscal
4. Período de tributação
5. Isenções
6. Determinação da matéria coletável
6.1. Pessoas coletivas e outras entidades residentes que exerçam a título principal atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola
6.2. Pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam a título principal atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola
6.3. Entidades não residentes
6.4. Determinação do lucro tributável por métodos indiretos
6.5. Correções para efeitos de determinação da matéria coletável
6.6. Regime Especial de tributação dos grupos de sociedades
7. Taxas
8. Liquidação
9. Pagamento
10. Obrigações acessórias dos sujeitos passivos
11. Fiscalização e garantias dos contribuintes

MARÇO — Fernando Manuel Gonçalves da Silva

Mais e Menos Valias em IRC e IRS

1. Conceito de mais e menos valias
2. Cálculo das mais e menos valias
3. Coeficientes de desvalorização monetária
4. Reinvestimento
5. Tributação
5.1. Em sede de IRC
5.2. Em sede de IRS
5.2.1. Regime simplificado
5.2.2. Contabilidade organizada
6. Obrigações declarativas
6.1. Em sede de IRC
6.2. Em sede de IRS
6.2.1. Regime simplificado
6.2.2. Contabilidade organizada

MARÇO — Cristina Pinto

2014

Formação à Distância
Conteúdos programáticos

Regime Contabilístico e Fiscal das Depreciações e Amortizações

1. Cálculo e contabilização das amortizações e depreciações
1.1. Noção de amortização e depreciação
1.2. Conceito e cálculo da vida útil
1.3. Métodos de cálculo de depreciações e amortizações
1.4. Revisão da vida útil
1.5. Ativos depreciáveis
2. Regime fiscal das amortizações e depreciações
2.1. Normativos - O Código do IRC
e o Decreto Regulamentar n.º 25/2009
2.2. Valorimetria dos elementos depreciáveis ou amortizáveis
2.3. Período de vida útil e taxas aplicáveis
2.4. Métodos de cálculo de depreciações e amortizações
2.5. A depreciação de terrenos e edifícios
2.6. O caso específico das viaturas ligeiras de passageiros
2.7. Depreciação de bens reavaliados
2.8. Bens de reduzido valor
2.9. Amortização dos ativos intangíveis
2.10. Mapas de depreciações e amortizações

MARÇO — André Vasconcelos e Cristina Pinto

Entidades Empresariais Municipais – Constituição e Obrigações Contabilísticas e Fiscais

1. Enquadramento Jurídico
1.1. Administração Central e Local
1.2. O Sector Empresarial Local
1.2.1. Tipos de Empresas Municipais (EM)
1.2.2. Relações Orgânicas, Estatutárias e Contratuais das EM com os Municípios
1.2.3. As Empresas Municipais face ao Código das Sociedades Comerciais
2. Enquadramento Fiscal
2.1. IRC
2.1.1. Incidência
2.1.2. Apuramento da matéria colectável
2.1.3. Obrigações declarativas
2.2. IVA
2.2.1. Incidência
2.2.2. Isenções
2.2.3. Taxas
3. Regime Económico e Financeiro
3.1. Controlo Financeiro e Fiscalização
3.2. Contabilidade e Prestação de Contas

MARÇO — João Carvalho e Vítor Simões

SNC - Microentidades

1. Contexto e enquadramento legal
2. Instrumentos da Normalização Contabilística para Microentidades
3. Demonstrações Financeiras para Microentidades
4. Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Microentidades - alguns aspectos específicos
4.1. Introdução
4.2. Adopção pela primeira vez da NCRF-ME
4.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
4.4. Ativos fixos tangíveis
4.5. Ativos intangíveis
4.6. Locações
4.7. Empréstimos obtidos
4.8. Inventários
4.9. Rédito
4.10. Provisões
4.11. Subsídios do Governo
4.12. Alterações em taxas de câmbio
4.13. Impostos sobre o rendimento
4.14. Ativos e passivos financeiros
4.15. Benefícios dos empregados

ABRIL — Avelino Antão

Perdas por imparidade e créditos incobráveis em IVA e IRC

1. Aspetos contabilísticos
1.1. NCRF 12 – Imparidade de ativos
1.2. Indicação de que um ativo possa estar com imparidade
1.3. Mensuração da quantia recuperável
1.4. Reversão de perdas por imparidade
1.5. Realização de testes de imparidade
1.6. O tratamento da imparidade nas várias NCRF
1.6.1. Imparidade em dívidas a receber
1.6.2. Imparidade em inventários
1.6.3. Imparidade em investimentos financeiros
1.6.4. Imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis
1.6.5. Imparidade em propriedades de investimento
1.7. Desreconhecimento das dívidas a receber por incobrabilidade
2. Aspetos fiscais
2.1. IRC
2.1.1. Perdas por imparidade em créditos e créditos incobráveis
2.1.2. As desvalorizações excecionais
2.1.3. Ajustamentos em inventários
2.2. IVA
2.3. A regularização do IVA em créditos de cobrança duvidosa
2.4. A regularização do IVA nos créditos incobráveis

ABRIL — Nuno Miguel da Costa Tavares

2014

Dossiê de Preços de Transferência

1. Enquadramento fiscal – nacional e internacional
2. Atuação da Administração Tributária e penalidades aplicáveis
3. Metodologia de análise dos preços de transferência e métodos aplicáveis
4. Constituição do dossiê de preços de transferência
4.1. O papel do TOC
4.2. Fontes de informação e contributo dos vários departamentos da entidade
4.3. Estrutura do dossiê de preços de transferência

ABRIL — António Carlos Gomes Dias

Estatuto dos Benefícios Fiscais

1. Princípios gerais
2. Benefícios fiscais de natureza social
3. Benefícios fiscais à poupança
4. Benefícios fiscais ao investimento produtivo
5. Benefícios fiscais relativos a imóveis
6. Benefícios fiscais ao mecenato
7. Benefícios às cooperativas
8. Outros benefícios fiscais
9. Limitações em IRS e IRC, aos benefícios fiscais
10. Casos práticos

ABRIL — Fernando Manuel Gonçalves da Silva

2014

Formação à Distância
Conteúdos programáticos

Dossier Fiscal – Organização e preparação das notas anexas às demonstrações financeiras

1. Normativos contabilísticos e necessidades de divulgação
2. O Anexo
2.1. SNC – modelo geral
2.2. NCRF-PE
2.3. NC-ME
2.4. NCRF-ESNL
3. Processo de documentação fiscal em IRS e IRC – "dossiê fiscal"
3.1. Normativo aplicável
3.2. Conservação e acesso por parte da Administração Fiscal
3.3. Documentos que integram o dossiê fiscal
3.4. A importância do dossiê fiscal – análise de alguns casos
3.5. Processo de documentação fiscal – preços de transferência

ABRIL — Vítor Vale

Código do Procedimento e Processo Tributário

1. Noção, âmbito e princípios fundamentais do procedimento tributário
2. Procedimentos tributários
2.1. Procedimentos prévios de informação e avaliação
2.2. Procedimento de liquidação
2.3. Procedimento de reconhecimento de benefícios fiscais
2.4. Procedimento de recurso hierárquico
2.5. Procedimento de reclamação graciosa
2.6. Procedimento de cobrança
2.7. Procedimento de correção de erros da Administração Tributária
3. Processo Tributário
3.1. Processo de impugnação judicial
3.2. Processo de execução fiscal
3.3. Recursos

ABRIL — Jorge Costa

NCRF 13 – Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas e o método de equivalência patrimonial

1. Âmbito de aplicação da NCRF 13
2. Definições
3. Caracterização de empreendimentos conjuntos
4. Operações conjuntamente controladas
5. Ativos conjuntamente controlados
6. Entidades conjuntamente controladas
7. Transações entre um empreendedor e um empreendimento conjunto
8. Operadores de empreendimentos conjuntos
9. Investimentos em associadas
10. Trabalhos de preparação da aplicação do MEP
11. Aplicação do MEP
12. Aplicação de MEP – Interesses de longo prazo
13. Descontinuação da aplicação do MEP
14. Perdas por imparidade
15. Divulgações
16. Casos práticos da aplicação do MEP

MAIO — José Fernando Abreu Rebouta

Estruturação de um Quadro de Bordo de Apoio à Gestão (Balanced Scorecard)

1. Gestão estratégica
2. Principais sistemas de gestão e de monitorização de desempenho empresarial
3. O Balanced Scorecard
3.1. Principais conceitos do Balanced Scorecard
3.2. Integração do Balanced Scorecard com outros instrumentos de gestão
3.3. Perspectivas de valor
3.4. Construção e implementação
3.5. Benefícios e Dificuldades

MAIO — Ana Isabel Martins

A empresa em dificuldades – Aspetos legais, contabilísticos e fiscais

1. A aferição da situação da empresa
1.1. Análise financeira
1.2. Análise de mercados
2. Os mecanismos legais – seu enquadramento
2.1. A dissolução e liquidação por iniciativa dos sócios
2.1. O processo especial de revitalização
2.2. O processo de insolvência
3. Aspetos contabilísticos
3.1. Reconhecimento de imparidades
3.2. O perdão de dívidas
3.3. Operações de restruturação de empresas
4. Aspetos fiscais
5. A intervenção do TOC
5.1. Principais pontos críticos
5.2. Direitos e deveres

MAIO — Vítor Vale

NCRF 28 – Benefícios aos empregados

1. Introdução
2. Benefícios dos empregados
2.1. Benefícios a curto prazo dos empregados
2.2. Benefícios pós-emprego
2.3. Outros benefícios a longo prazo dos empregados
2.4. Benefícios de cessação de emprego
2.5. Benefícios de remuneração em capital próprio
3. Código de Contas
4. Reconhecimento e Mensuração
4.1. Benefícios a curto prazo dos empregados
4.2. Benefícios pós-emprego
4.3. Outros benefícios a longo prazo dos empregados
4.4. Benefícios de cessação de emprego
4.5. Benefícios de remuneração em capital próprio
5. Divulgações

JUNHO — Pega Magro

Renúncia à isenção do IVA

1. Âmbito das isenções abrangidas pela renúncia
1.1. Operações efetuadas por estabelecimentos hospitalares, clínicas, dispensários e similares
1.2. Formação profissional
1.3. Fornecimento de alimentação e bebidas pelas entidades patronais aos seus trabalhadores
1.4. Prestações de serviços efetuados por cooperativas aos seus associados agricultores
1.5. Locação de bens imóveis
1.6. Transmissões onerosas de bens imóveis
2. A renúncia à isenção
2.1. Condições e procedimentos
2.2. As regularizações no imposto suportado
3. O caso específico da renúncia à isenção nas operações relativas a bens imóveis
3.1. Locação de bens imóveis
3.1.1. Condições objetivas
3.1.2. Condições subjetivas
3.1.3. Formalidades e momento em que se efetiva a renúncia
3.1.4. Obrigações
3.1.5. Exercício do direito à dedução e regularizações
3.2. Transmissões onerosas de bens imóveis
3.2.1. Condições objetivas
3.2.2. Condições subjetivas
3.2.3. Formalidades e momento em que se efetiva a renúncia
3.2.4. Obrigações
3.2.5. Exercício do direito à dedução e regularizações

JUNHO — Emília Pimenta

Processo de Contraordenação Tributário

1. Processo de aplicação das coimas - fase administrativa
1.1. Competência para a instauração e instrução
1.2. Investigação e instrução
1.3. Notificação e apresentação de defesa
1.4. Aplicação de coima - competências
1.5. Arquivamento do processo
1.6. Pagamento
2. Processo de aplicação das coimas - fase judicial

JUNHO — Jesuíno Martins

Código Contributivo

1. Disposições Gerais e Comuns
2. Regimes Contributivos do Sistema Previdencial
3. Incumprimento da Obrigação Contributiva
4. Regime Contra-Ordenacional
5. Disposições Complementares, Transitórias e Finais

JUNHO — Fernando Slva

NCRF 10 – Custo dos Empréstimos obtidos

1. Introdução
2. Objectivo da Norma
3. Âmbito
4. Definições
5. Reconhecimento
6. A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos
7. Diferenças em relação ao POC
8. Divulgações

JULHO — José Pedro Farinha

2014

Formação à Distância
Conteúdos programáticos

NCRF 19 – Contratos de construção

1. Introdução
2. Enquadramento contabilístico
2.1. Normativo POC – A Directriz Contabilística n.º 3
2.2. Sistema de Normalização Contabilística – NCRF 19
2.2.1. Âmbito
2.2.2. Combinação e segmentação dos contratos de construção
2.2.3. Rédito do contrato
2.2.4. Gastos do contrato
2.2.5. Reconhecimento do rédito e dos gastos do contrato
2.2.6. Reconhecimento de perdas esperadas
2.2.7. Alteração nas estimativas
2.2.8. Divulgações
3. Enquadramento Fiscal
3.1. Regras gerais da periodização do lucro tributável
3.2. Casos específicos dos contratos de construção

JULHO — Sérgio Pontes

Contabilidade Orçamental e Lei dos Compromissos na Administração Pública

1. A Contabilidade Orçamental
1.1. Sistemas contabilísticos na Administração Pública
1.2. Elaboração do Orçamento
1.3. Modificações ao orçamento
1.4. Execução da receita
1.5. Execução da despesa
1.6. Operações de tesouraria
1.7. Documentos de prestação de contas
2. Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso
2.1. Introdução e justificação da Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA)
2.2. Âmbito (a quem se aplica a LCPA)
2.3. Fundos disponíveis
2.4. Compromissos
2.5. Pagamentos
2.6. Atrasos nos pagamentos
2.7. Prestação de informação
2.8. Registo contabilísticos

JULHO — João Carvalho

IVA – Localização das Operações e Serviços Tributáveis

1. Enquadramento
1.1. Introdução
1.2. Normativos
2. Alterações às regras de localização das prestações de serviços
2.1. A nova sistematização do artigo 6.º do CIVA
2.2. As duas regras gerais
2.3. As excepções comuns às duas regras gerais
2.4. As excepções específicas à regra de localização aplicável às prestações de serviços em que o destinatário dos serviços é um não sujeito passivo do IVA
2.5. Extensão da territorialidade.
3. A nova declaração recapitulativa
4. A nova declaração periódica

JULHO — José Roriz

Infrações fiscais

1. Normativo aplicável
2. Conceito e espécies de infrações fiscais
3. Responsabilidade
4. Crimes e contraordenações: distinção e moldura sancionatória aplicável
5. Processo penal tributário
6. Processo de contraordenação tributária
7. Tipos de crime fiscal
8. Tipos de contraordenação fiscal

JULHO — Vasco Guimarães

NCRF 17 – Ativos biológicos – Aspectos Contabilísticos e Fiscais

1. Introdução
2. Enquadramento contabilístico
2.1. Normativo POC – Agricultura
2.2. Sistema de Normalização Contabilística – NCRF 17
2.2.1. Âmbito
2.2.2. Reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas
2.2.3. Subsídios Governamentais no âmbito da NCRF 17
2.2.4. Divulgações
3. Enquadramento Fiscal
3.1. Ativos biológicos de produção
3.2. Ativos biológicos consumíveis
3.3. Explorações silvícolas

SETEMBRO — Cristina Lopes e Paula Franco

NCRF 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação dos Apoios do Governo

1. Introdução
2. Objectivo da Norma
3. Âmbito
4. Subsídios do Governo
5. Apoios do Governo
6. Casos práticos
7. Divulgações

SETEMBRO — Carla Carvalho e Graça Azevedo

Impostos diferidos

1. Relações entre contabilidade e fiscalidade
1.1. Normas contabilísticas e fiscais
1.2 .Diferenças entre o lucro tributável e o lucro contabilístico
1.3. Diferenças permanentes
1.4. Diferenças temporárias
1.4.1. Diferenças temporárias tributáveis
1.4.2. Diferenças temporárias dedutíveis
2. Natureza do imposto sobre lucros. Os métodos de contabilização
3. Reconhecimento e mensuração de ativos e passivos por impostos diferidos
4. Tratamento contabilístico dos impostos diferidos – exemplos práticos
5. Divulgações

SETEMBRO — Cristina Gonçalves

IVA (Revisão ao Código)

1. Incidência
1.1. Incidência objetiva
1.2. Incidência subjetiva
1.3. Localização das operações
1.4. Facto gerador e exigibilidade do imposto
2. Isenções
2.1. Isenções simples ou incompletas
2.2. Isenções completas
2.2.1. Isenções nas importações
2.2.2. Outras isenções
2.3. Isenções em legislação avulsa
3. Valor tributável
3.1. Nas operações internas
3.2. Nas importações
4. Taxas
5. Liquidação e dedução
5.1. Condições do direito à dedução
5.2. Exclusões do direito à dedução
5.3. Modalidades do direito à dedução (reembolsos)
6. Deduções parciais e regularizações
6.1. Princípios gerais do direito à dedução
6.2. Conceitos
6.3. Âmbito de aplicação do Art. 23º CIVA
6.4. Regularizações anuais
6.5. Outras regularizações
6.6. Regularizações no caso de mudança de regime (Art. 25º CIVA)
7. Obrigações dos sujeitos passivos
7.1. Obrigações de pagamento
7.2. Obrigações declarativas
7.3. Obrigações de faturação
7.4. Obrigações contabilísticas
8. Regularizações do imposto
9. Regimes especiais
9.1. Regime especial de isenção
9.2. Regime especial dos pequenos retalhistas
10. Regimes particulares
10.1. Agências de viagens e organizadores de circuitos turísticos
10.2. Bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades
10.3. Tabacos manufaturados
10.4. Combustíveis
10.5. Ouro para investimento
10.6. Venda de pescado em lota
10.7. Substituição do devedor do imposto

SETEMBRO — José Roriz

2014

O processo de execução fiscal na Administração Fiscal e na Segurança Social

1. Âmbito da execução fiscal
1.1. O título executivo
1.2. Competência do órgão de execução fiscal
1.3. Legitimidade do Exequente
1.4. Legitimidade do Executado
2. Processo de execução fiscal
2.1. Instauração do processo de execução fiscal
2.2. Citação e seus efeitos
2.3. Prestação de garantia
2.4. Processo de reclamação judicial
2.5. Penhora
2.6. Venda: procedimentos, modalidades e efeitos
2.7. Extinção

SETEMBRO — Jesuino Martins

NCRF 27 – Instrumentos Financeiros – Aplicações práticas

1. Âmbito de aplicação, definições de instrumentos financeiros / Normas aplicáveis nacionais e internacionais
2. Ativos financeiros - Mensuração
2.1. Inicial (NCRF 27 / IAS 39 / IFRS 9)
2.2. Subsequente (IAS 39)
2.2.1. Ativos financeiros detidos para negociação
2.2.2. Contas comerciais a receber
2.2.3. Empréstimos concedidos detidos até à maturidade
2.2.4. Ativos financeiros disponíveis para venda
2.3. Exemplos práticos
2.4. Subsequente (IFRS 9)
2.5. Subsequente (NCRF 27 / NCRF-PE / NC-ME)
3. Ativos financeiros – Imparidade
4. Ativos financeiros - Desreconhecimento
5. Instrumentos de capital próprio
5.1. Apresentação (IAS 32): instrumentos de capital próprio vs. passivos
5.2. Instrumentos financeiros compostos (componente de passivo + componente de capital próprio)
5.3. Ações próprias
5.4. Reconhecimento de perdas e ganhos no Resultado integral
5.5. NCRF 27
5.6. Exemplos práticos
6. Passivos financeiros - Mensuração
6.1. Inicial (NCRF 27 / IAS 39 / IFRS 9)
6.2. Subsequente (IAS 39)
6.2.1. Contas comerciais a pagar
6.2.2. Empréstimos obtidos (obrigações) detidos até à maturidade
6.2.3. Contas comerciais a pagar em moeda estrangeira
6.2.4. Instrumentos de dívida perpétua / obrigações convertíveis

OTOC
Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

6.3. Exemplos práticos
6.4. Subsequente (NCRF 27 / NCRF-PE / NC-ME)
6.5. Desreconhecimento de passivos financeiros (Critérios e exemplo prático)
7. Instrumentos financeiros - Divulgações
8. Contabilização de produtos derivados
8.1. Breve introdução de conceitos
8.2. Motivações para investir (Cobertura vs. Especulação)
8.3. Tratamento contabilístico (operação de cobertura ou especulativa)
8.4. Reconhecimento e mensuração de derivados especulativos
8.5. Contabilidade de cobertura (objetivo; eficácia da cobertura)
8.6. Cobertura de justo valor, cobertura de fluxos de caixa e cobertura de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira
8.7. Exemplos práticos de investimentos em produtos derivados (de especulação e de cobertura)

OUTUBRO — Pedro Roque

Consolidação de contas e método da equivalência patrimonial

1. Contabilização dos Investimentos financeiros no SNC
1.1. Investimentos em associadas e interesses em empreendimentos conjuntos
1.2. Investimentos em subsidiárias
1.3. Outros investimentos
1.4. Definição de influência significativa e definição de controlo
1.5. Método de equivalência patrimonial
1.6. Goodwill e Badwill
2. Consolidação de contas
2.1. Enquadramento legal e conceitos relevantes
2.2. O processo de consolidação
2.3. Limitações da consolidação
2.4. Preparação da consolidação e escolha dos métodos
2.5. Ajustamentos prévios
2.6. As operações de consolidação

OUTUBRO — Augusto Jorge Ribeiro Simões

2014

Formação à Distância
Conteúdos programáticos

Gestão e auditoria pública

1. Gestão pública versus gestão privada
2. Princípios da gestão financeira na ap:
2.1. a legalidade
2.2. a economia, eficiência e eficácia
2.3. regras de execução orçamental
2.4. controlo orçamental
2.4. manual de controlo interno
3. A auditoria na AP
3.1. O tribunal de contas
3.2. A IGF
3.3. Auditorias internas

OUTUBRO — João Carvalho e Susana Silva

Dissolução, liquidação, fusão e cisão de sociedades (aspetos contabilísticos e fiscais)

1. Dissolução de Sociedade Comerciais
1.1. Definição
1.2. Causas de Dissolução Imediata
1.3. Causas de Dissolução Administrativa
1.4. Causas de Dissolução Oficiosa
2. Liquidação de Sociedades Comerciais
2.1. Conceito
2.2. O Processo de Liquidação
3. Procedimentos administrativos de dissolução e liquidação de entidades comerciais
4. Procedimento Especial de Extinção Imediata de Entidades Comerciais (cessação na hora)
4.1. Extinção de dívidas da Sociedade
5. Tratamento Contabilístico e Fiscal
6. Fusão e Cisão
6.1. Fusões
6.1.1. Conceitos
6.1.2. O Processo de Fusão
6.1.3. Tratamento Fiscal
6.1.4. Tratamento contabilístico
6.2. Cisão
6.2.1. Conceito e Modalidades
6.2.2. Processo de Cisão
6.2.3. Tratamento Fiscal
6.2.4 Tratamento contabilístico

OUTUBRO — Carlos Lázaro, José Manuel Oliveira e Nanja Kroon

Código da Insolvência e Recuperação de Empresas

1. Introdução
1.1. A insolvência como objectivo principal
1.2. A recuperação de empresas como elemento secundário
1.3. A responsabilização criminal pela insolvência
2. A responsabilidade do TOC e das empresas de contabilidade
2.1. A responsabilidade pela documentação
2.2. Junção de documentos ao pedido de declaração de insolvência
2.3. Apreensão judicial dos elementos de contabilidade
3. Sujeitos suscetíveis de declaração de insolvência
4. Efeitos da declaração de insolvência
5. Processo
6. O Processo Especial de Revitalização
7. Aspetos Fiscais

OUTUBRO — José Manuel Teixeira

Métodos de reação aos atos inspetivos

1. Introdução – Enquadramento legal
2. Princípios do procedimento e processo tributário e garantias dos sujeitos passivos
4. Meios de defesa do sujeito passivo
4.1 Aspetos introdutórios
4.2 Procedimento de revisão
4.3 Revisão dos atos tributários
4.4 Reclamação graciosa
4.5 Impugnação judicial
4.6 Declaração de substituição
4.7 Opções e articulação entre diferentes meios de defesa
5. Procedimento de inspeção tributária
6. A cobrança e o processo de execução fiscal

OUTUBRO — José Roriz

Tributação de empresas de grupo

1. A legislação comercial – Código das sociedades comerciais
1.1. Sociedades em relação de domínio
1.2. Sociedades em relação de grupo
2. Aspetos contabilísticos no reconhecimento de participações financeiras
2.1. *Goodwill* e *badwill*
2.2. Método de equivalência patrimonial
2.3. Consolidação de contas
3. Aspetos fiscais – IRC
3.1. Regime geral
3.2. Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades – RETGS
3.2.1. Conceitos
3.2.2. Requisitos e exclusões
3.2.3. Procedimentos e obrigações declarativas
3.2.4. Obrigações de pagamento

NOVEMBRO — Duarte Nuno Rodrigues da Rocha Araújo

Tributação de não residentes – Enquadramento Fiscal em IRS e IRC

1. Em IRS
1.1. Âmbito de sujeição em IRS
1.2. Determinação da residência fiscal no CIRS
1.3. Determinação da residência fiscal nos ADT
1.4. Formas de tributação dos não residentes
1.4.1. Aplicação de taxas liberatórias
1.4.2. Tributação a final
1.5. A dupla tributação e o papel dos ADT
2. Em IRC
2.1. Âmbito de sujeição em IRC
2.2. Residentes com estabelecimento estável
2.2.1. Base do imposto e determinação da matéria coletável
2.2.2. Obrigações fiscais
2.3. Residentes sem estabelecimento estável
2.3.1. Formas de tributação
2.3.1.1. Tributação por retenção a título definitivo
2.3.1.2. Tributação a final com obrigação declarativa
2.3.2. A dupla tributação e o papel dos ADT
3. Benefícios fiscais, em IRS e IRC, a não residentes

NOVEMBRO — Sérgio Martins Ferreira

Preparação do mapa de fluxos de caixa

1. Breve enquadramento da Demonstração dos Fluxos de Caixa no normativo contabilístico
2. Necessidade e importância da demonstração de fluxos de Caixa
3. A NCRF 2 - Demonstração de fluxos de caixa
4. Metodologia para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa
5. Outras divulgações
6. Os fluxos de Caixa como modelo de avaliação do desempenho – casos práticos

NOVEMBRO — Carlos Martins e Eduardo Sá

Agências de Viagens – Aspetos Contabilísticos e Fiscais

1. Introdução
2. Regime especial de tributação em sede de IVA aprovado pelo DL221/85
2.1. Âmbito de aplicação do regime especial
2.2. Condições de aplicação
2.3. Entidades abrangidas
2.4. Operações abrangidas pelo regime
2.5. Operações excluídas do regime
2.6. Facto gerador e exigibilidade do imposto
2.7. Determinação da margem e apuramento do imposto
3. Situações particulares
3.1. Direito à dedução
3.2. Apuramento de margem negativa
3.3. Forma determinação de despesas dentro/fora comunidade
3.4. Adiantamentos
3.5. Alteração do valor tributável
4. Contabilização das operações das agências de viagens
4.1. Reconhecimento do rédito
4.2. Proposta de desdobramento do plano de contas
4.3. Contabilização das operações referentes a:
4.3.1. Atuação em nome próprio;
4.3.2. Atuação em nome e por conta de outrem;
4.3.3. Apuramento do IVA no regime da margem
5. Outros aspetos fiscais

NOVEMBRO — André Vasconcelos e Cristina Pinto

Responsabilidade subsidiária do TOC

1. As funções assacadas ao TOC – art. 6º do EOTOC
2. O conceito de regularidade técnica constante do nº 3 do art. 6º do EOTOC
3. Deveres dos TOC's para com as entidades a quem prestam serviços (art. 54º do EOTOC) e para com a administração fiscal (art. 55º do EOTOC)
4. O dever legal de informação (do TOC perante o cliente – Art. 11º do CDTOC
5. A rescisão do contrato de prestação de serviços, por iniciativa do TOC, por violação de algum dos direitos perante o cliente – Art. 51º, nº 1 do EOTOC – compatibilizar com o disposto no art. 12º e art. 15º, ambos do CDTOC
6. A necessidade de atualizar o art. 10º do EOTOC, quer data de início, quer a data de cessação de funções nos clientes
7. A Renúncia ao cliente no Portal das Finanças
8. O Art. 58º do EOTOC – Participação de crimes públicos
9. Responsabilidade subsidiária dos TOC – pressupostos legais; o Art. 24º, nº 3 da LGT e o Art. 8º, nº 3 do RGIT; requisitos da reversão fiscal; meios de defesa

NOVEMBRO — Albano Santos

Entidades do setor não lucrativo – aspetos contabilísticos e fiscais

1. O Setor não lucrativo - enquadramento
2. Normativo contabilístico do Setor não lucrativo
3. Normas contabilísticas e de relato financeiro para as ESNL – alguns aspetos específicos
4. A tributação das ESNL: enquadramento em IVA e em IRC

NOVEMBRO — José Neves Raimundo, Gomes dos Santos e Rui Lima

Contabilidade de gestão na Administração Pública

1. Objectivos da contabilidade de custos ou de gestão
1.1. O caso do POCAL e os custos das tarifas e taxas
1.2. O caso do POC-educação e o custo das actividades e dos alunos
1.3. O caso do POC-saúde e o custo dos serviços de saúde
2. Tendências da contabilidade de gestão na AP
3. A contabilidade de gestão na nova reforma da contabilidade pública em vigor

NOVEMBRO — João Carvalho e Patrícia Gomes

Elaboração do plano de negócios

1. Noção de plano de negócios e objetivos
2. Principais tipos de planos de negócio
3. Características fundamentais de um plano de negócios
4. Principais erros cometidos na elaboração de um plano de negócios
5. Estrutura base de um plano de negócios
6. A intervenção do TOC na elaboração de um plano de negócios

DEZEMBRO — Rui Jorge da Silva Costa

Aspetos societários relevantes para a contabilidade

1. Constituição de sociedades e cooperativas
2. A transmissão de participações sociais
3. Aumento de capital
4. Amortização de partes de capital
5. Redução de capital
6. Aquisição de quotas próprias
7. Realização de prestações acessórias e suplementares
8. Perda de metade do capital
9. A aplicação de resultados – constituição de reservas e distribuição de lucros

DEZEMBRO — Jorge Fernando Regateiro de Jesus Carvalheiro

Contratação Pública

1. Âmbito de aplicação
2. Conceitos e tipos de entidades adjudicantes
3. A extensão do conceito de entidades adjudicantes e o novo âmbito da contatação pública
4. Tipos de procedimentos
4.1. Novos procedimentos
4.2. Critérios de escolha de procedimento
4.3. Ajuste direto
4.4. Concurso péblico
4.5. Concurso limitado por prévia qualificação
4.6. Procedimentos de negociação
4.7. Diálogo concorrencial
5. Novos Institutos
5.1. Leilão electrónico
5.2. Qualificação
5.3. Contratos-Quadro
6. Conceito e prática de documentos e assinaturas electrónicas

DEZEMBRO — Amândio Silva

2014

Reuniões Livres
Calendário

Reuniões Livres

70

ANGRA DO HEROÍSMO

Sala Gaspar Côrte-Real – Terceira Mar Hotel
Portões de São Pedro, 1
22 jan; 27 fev; 27 mar; 24 abr; 29 mai; 26 jun;
24 jul; 25 set; 23 out; 20 nov; 11 dez

AVEIRO

ISCAA - Auditório Joaquim José da Cunha
R. Assoc. Humanitária
dos Bombeiros de Aveiro
8 e 22 jan; 12 e 26 fev; 12 e 26 mar; 9 e 23 abr;
14 e 28 mai; 11 e 25 jun; 9 e 23 jul;
10 e 24 set; 8 e 22 out; 12 e 26 nov; 10 dez

BEJA

NERBE - Núcleo Empresarial
da Região de Beja
R. Cidade de S. Paulo
8 e 22 jan; 12 e 26 fev; 12 e 26 mar; 9 e 23 abr;
14 e 28 mai; 11 e 25 jun; 9 e 23 jul;
10 e 24 set; 8 e 22 out; 12 e 26 nov; 10 dez

BRAGA

Seminário de Nossa Senhora da Conceição
Rua de S. Domingos, 94 B
8 e 29 jan; 12 e 26 fev; 12 e 26 mar; 9 e 23 abr;
14 e 28 mai; 11 e 25 jun; 9 e 23 jul;
10 e 24 set; 15 e 22 out; 12 e 26 nov; 10 dez

BRAGANÇA

NERBA - Núcleo Empresarial
Região Bragança
Alto das Cantarias, Saída Sul
8 e 22 jan; 12 e 26 fev; 12 e 26 mar; 9 e 23 abr;
14 e 28 mai; 11 e 25 jun; 9 e 23 jul;
10 e 24 set; 8 e 22 out; 12 e 26 nov; 10 dez

CASTELO BRANCO

Representação da OTOC
Urb. Quinta Pires Marques - Av. Espanha,
27 R/C Esq.
8 jan; 12 fev; 12 mar; 9 abr; 14 mai; 11 jun;
9 jul; 10 set; 8 out; 12 nov; 10 dez

COIMBRA

Representação da OTOC
Urb. Panorama, Lt. 3 - Lj. 1, Monte Formoso
8 e 22 jan; 12 e 26 fev; 12 e 26 mar; 9 e 23 abr;
14 e 28 mai; 11 e 25 jun; 9 e 23 jul;
10 e 24 set; 8 e 22 out; 12 e 26 nov; 10 dez

COVILHÃ

Pav. Exposições da Anil,
Sala do Conselho Geral
Av. da Anil
22 jan; 26 fev; 26 mar; 23 abr; 28 mai; 25 jun;
23 jul; 24 set; 22 out; 26 nov

ÉVORA

CCDRA – Com. de Coord.
e Desenv. Regional do Alentejo
Av. Eng. Arantes e Oliveira, 193
8 e 22 jan; 12 e 26 fev; 12 e 26 mar; 9 e 23 abr;
14 e 28 mai; 11 e 25 jun; 9 e 23 jul;
10 e 24 set; 8 e 22 out; 12 e 26 nov; 10 dez

FARO

Representação da OTOC
Urb. Horta Figuras, Lt.31, Bl. F, Lj. W, R/C Poente
8 e 22 jan; 12 e 26 fev; 12 e 26 mar; 9 e 23 abr;
14 e 28 mai; 11 e 25 jun; 9 e 23 de jul;
10 e 24 set; 8 e 22 out; 12 e 26 nov; 10 dez

2014

FUNCHAL

Representação da OTOC
Av. da Madalena, 99 Edif. Pç. das Madalenas I,
R/C D -Santo António
8 e 22 jan; 12 e 26 fev; 12 e 26 mar; 9 e 23 abr;
14 e 28 mai; 11 e 25 jun; 9 e 23 jul; 10 e 24 set;
8 e 22 out; 12 e 26 nov; 10 dez

GUARDA

Escola Sup. de Tecnologia e Gestão - Auditório
Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 50
8 e 22 jan; 12 e 26 fev; 12 e 26 mar; 9 e 23 abr;
14 e 28 mai; 11 e 25 jun; 9 e 23 jul;
10 e 24 set; 8 e 22 out; 12 e 26 nov; 10 dez

HORTA

Hotel do Canal
Lg. Dr. Manuel Arriaga
25 jan; 1 e 29 mar; 26 abr; 31 mai; 28 jun;
26 jul; 27 set; 25 out; 22 nov; 13 dez

LEIRIA

Teatro José Lúcio da Silva
Av. Heróis de Angola
8 e 22 jan; 12 e 26 fev; 12 e 26 mar; 9 e 23 abr;
14 e 28 mai; 11 e 25 jun; 9 e 23 jul;
10 e 24 set; 8 e 22 out; 12 e 26 nov; 10 dez

LISBOA

Faculdade de Medicina
Dentária - Auditório
Cidade Universitária
8 e 22 jan; 12 e 26 fev; 12 e 26 mar; 9 e 23 abr;
14 e 28 mai; 11 e 25 jun; 9 e 23 jul;
17 e 24 set; 8 e 22 out; 12 e 26 nov; 10 dez

PONTA DELGADA

Hotel Marina Atlântico
Av. Infante D. Henrique
20 jan; 26 fev; 26 mar; 23 abr; 28 mai;
25 jun; 23 de jul; 24 set; 22 out; 19 nov; 10 dez

PORTALEGRE

Escola Sup. de Tec. e Gestão - Anf. de Ensino
Lugar da Abadessa
8 e 22 jan; 12 e 26 de fev; 12 e 26 mar; 9 e 23 abr; 14 e 28
mai; 11 e 25 de jun; 9 e 23 de jul; 10 e 24 de set; 8 e 22
out; 12 e 26 de nov; 10 dez

PORTO

Seminário de Vilar
R. Arcediago Van Zeller, 50
8 e 22 jan; 12 e 26 de fev; 12 e 26 mar; 9 e 23 abr; 14 e 28
mai; 11 e 25 de jun; 9 e 23 de jul; 10 e 24 de set; 8 e 22
out; 12 e 26 de nov; 10 dez

SANTARÉM

Representação da OTOC
Av. Madre Andaluz, 12 B
8 e 22 jan; 12 e 26 de fev; 12 e 26 mar; 9 e 23 abr; 14 e 28
mai; 11 e 25 de jun; 9 e 23 de jul; 10 e 24 de set; 8 e 22
out; 12 e 26 de nov; 10 dez

SETÚBAL

Escola Superior de Ciências
Empresariais - Auditório
Campus do IPS – Estefanilha
8 e 22 jan; 12 e 26 de fev; 12 e 26 mar; 9 e 23 abr; 14 e 28
mai; 11 e 25 de jun; 9 e 23 de jul; 10 e 24 de set; 8 e 22
out; 12 e 26 de nov; 10 dez

OTOC
Ordem dos Técnicos
Oficiais de Contas

VIANA DO CASTELO

Escola Sup.de Tecnologia e Gestão - Auditório
Avenida do Atlântico
8 e 22 jan; 12 e 26 de fev; 12 e 26 mar; 9 e 23 abr; 14 e 28 mai; 11 e 25 de jun; 9 e 23 de jul; 10 e 24 de set; 8 e 22 out; 12 e 26 de nov; 10 dez

VILA REAL

Representação da OTOC | Av. 1.º de Maio, n.º 23
8 e 22 jan; 12 e 26 de fev; 12 e 26 mar; 9 e 23 abr; 14 e 28 mai; 11 e 25 de jun; 9 e 23 de jul; 10 e 24 de set; 8 e 22 out; 12 e 26 de nov; 10 dez

VISEU

Representação da OTOC
Quinta do Melo - Rua Dr. António Costa,
Lt. 20, n.º 12 - Jugueiros
8 e 22 jan; 12 e 26 de fev; 12 e 26 mar; 9 e 23 abr; 14 e 28 mai; 11 e 25 de jun; 9 e 23 de jul; 10 e 24 de set; 8 e 22 out; 12 e 26 de nov; 10 dez

NOTAS

Horário: 18h30 às 20h30
Excepções: A. Heroísmo 18h30 às 22h30, Horta 09h00 às 13h00 e Ponta Delgada 19h00 às 23h00
Controlo de Qualidade: 3 créditos
A. Heroísmo, Horta e Ponta Delgada: 6 créditos

FORMAÇÃO OTOC

www.otoc.pt/formacao

2014

JANEIRO

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

FEVEREIRO

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28		

MARÇO

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

ABRIL

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

MAIO

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

JUNHO

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

JULHO

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

AGOSTO

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

SETEMBRO

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

OUTUBRO

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

NOVEMBRO

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

DEZEMBRO

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

OTOC
Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Avenida Barbosa du Bocage, 45 | 1049-013 Lisboa
Telefone geral 217 999 700 | **Fax** 217 957 332/217 959 080
Email geral@otoc.pt | www.otoc.pt